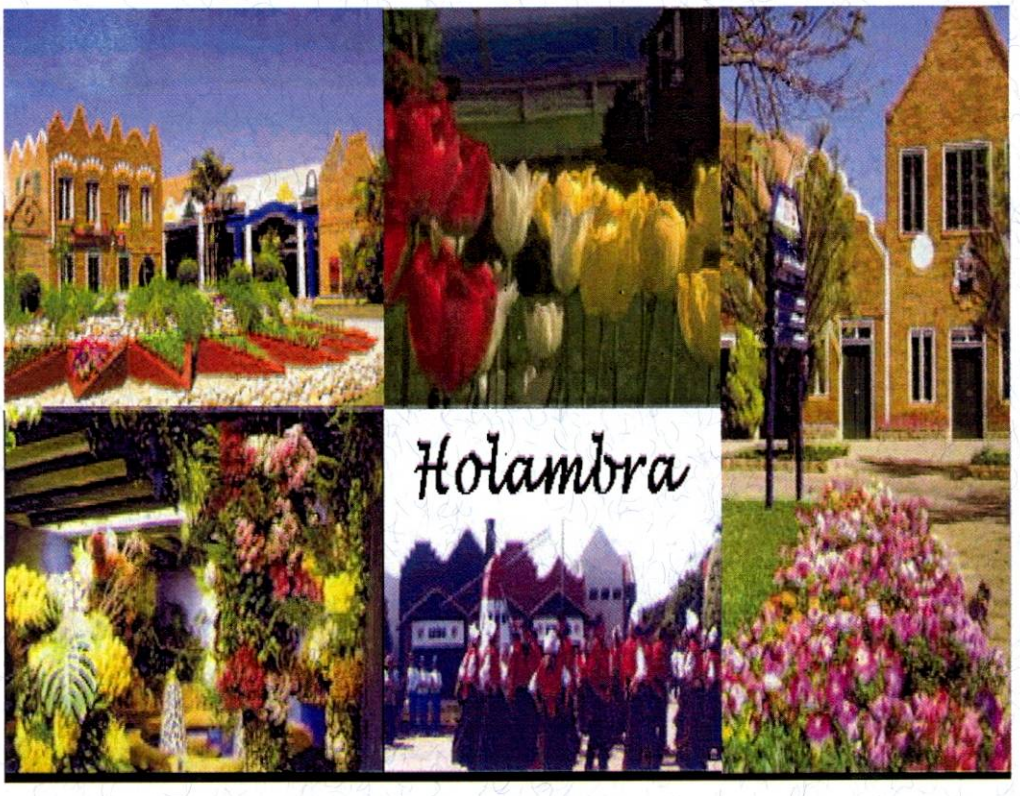
DIVERSOS

2007



Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Declaro estar recebendo cópia das dúvidas do Vereador Nicolau João Bakker respondidas pelo advogado Rafael Chaib.

NOME	DATA	ASSINATURA
ANTONIO MARCOS FERNANDES	04-08-07	
ASTÉRIO PINTO FILHO	03-08-07	
GERSON PEDRO DE PINA	30.08.07	
IRAN DAIER BRUNHANI	31/08/07	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	31/08/07	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	31/08/2007	
NICOLAU JOÃO BAKKER	30.08.07	
PEDRO WANDERLEI GALLI		30.08.07
WILSON BARBOSA		30/8/07

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 30 DE AGOSTO DE 2007.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.



A Comissão Organizadora da Expoflora tem o prazer de convidar Vossa Senhoria para a inauguração de sua 26ª edição, em 29 de agosto de 2007, no recinto da Expoflora.

10:00 horas - Inauguração e visitação ao Hall de Exposições.
Teremos o prazer de sua presença durante o dia na sala VIP.

Convite Individual • Indispensável à apresentação

Igreja Batista de Holambra

Holambra, 16 de agosto de 2007.

À
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Exmo. Sr. Wilson Barbosa
Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Oficina do Meio Ambiente - Justificativa de Ausência

Vimos, por meio desta, comunicar que ficamos impossibilitados de participar da Oficina do Meio Ambiente realizada no último dia 31 de julho, porque na ocasião estávamos acompanhando nossa irmã Vera Frade no Hospital CAISM em Campinas, a qual necessitava realizar um exame de Tomografia Computadorizada nesta mesma data.

Reiteramos nosso desejo de contribuir com o Plano Municipal de Meio Ambiente de nossa cidade, considerando ser de grande importância para a idealização e execução de ações que preservem o meio ambiente de Holambra.

Agradecemos profundamente a oportunidade que nos foi concedida, e nos colocamos a disposição desta Câmara para servirmos em futuras convocações ou eventos.

Dario Sodré
Missionário Batista
RG. 20.953.869-7

Rua Lazinho Fogaça, 226 – Centro – Holambra – Cep. 13.825-000 – EMAIL: dariovidas@terra.com.br

Holambra, 11 de Agosto de 2007

Ao
CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

At. Sr. Paulo Serpa

Ref: Relatório da Oficina de Meio Ambiente de Holambra

Estimado Sr. Paulo,

Estamos enviando-lhe os documentos que compõem o nosso relatório referente à Oficina de Meio Ambiente de Holambra, realizado no último dia 31 de julho deste ano.

Seguem em anexo o seguinte:

1. Preparação do evento: emails e relatórios de reuniões;
2. Um exemplar do convite enviado para 117 convidados;
3. Programa do Evento
4. Lista dos convidados;
5. Lista dos 102 presentes na Oficina;
6. Lista de presença da parte da manhã;
7. Lista de presença da parte da tarde;
8. Fichas de Inscrição
9. Fala de abertura dos trabalhos do Sr. Géza Árbocz
10. Quadros dos 8 grupos (dos Problemas, Causas, soluções, Dificuldades e Oportunidades)
11. Relatório da Oficina, em 3 partes:
    a. I – Fase de Preparação da Oficina de Meio Ambiente;
    b. II – Relatório Específico da Oficina de Meio Ambiente;
    c. Avaliação da Oficina de Meio Ambiente
12. Recortes dos seguintes jornais:
    a. Jornal da Cidade (de Holambra) – datada de 27.07.07 e 03/08/07;
    b. O Regional (de Santo Antônio de Posse) – datada de 31.07.07 e 03.08.07;
    c. Gazeta Regional (de Jaguariúna) – datada de 04.08.07
13. Algumas fotos tirados no decorrer do evento.
14. Uma cópia digital em um CD-Rom.

Certos de termos atingido o objetivo principal da Oficina de Meio Ambiente, que foi a elaboração do Diagnóstico Ambiental Perceptivo do Município, aguardamos os seus comentários.

Atenciosamente,

Géza Árbocz

Recebido
11/08/07

Holambra - Resultado da Oficina de Meio Ambiente

data: 31.07.07

Prioridade	Grupos	Problema	Causa	Solução	Dificuldade	Oportunidade
01	07 e 09	Água	Uso Irracional e ilegal.	Informação e legalização do uso (fiscalização)	Falta de participação da comunidade	Comprometimento da Sociedade Cívil
			Manejo inadequado dos recursos naturais	ciliares, práticas de conservação do solo	Ausência de políticas mais "severas"	Programas de conservação dos recursos naturais
			Desconhecimento do problema	Consicentização		ONG's, eventos envolvendo o setor público e privado
02	03	Esgoto	Crescimento sem planejamento	Local tratamento para novos loteamentos	Leis	Economia e estancar problema
			Esgoto industrial sem tratamento	Separar o esgoto industrial do doméstico	Financiamento	Economia de recursos
			Águas pluviais junto com a rede de esgoto	Fiscalização nas obras residenciais	Conscientização e educação	Qualidade de vida
03	01	Odores	Abatedouro	Tratamento adequado	Conscientização	Convênios intermunicipais
			Granjas	Transferência do local da graxaria	Recursos financeiros	Repasses governamentais (estaduais, federais e internacionais)
			Lixões	Coleta seletiva	Prioridade	Entrosamento entre o poder público e os agentes causadores
04	04	Lixão	Falta coleta seletiva	Educação	Conscientizar	Educador: Pais e professores
			Falta lugar adequado	Condições 3 R: Reciclar, Reduzir e Reutilizar	Adequação	Lugar adequado
					Investimento	Prefeitura + Comdema + População
05	10	Mata Ciliar	Desmatamento	Reflorestamento	Órgãos Fiscalizadores	Área / Plantio / Orientação
			Especulação Imobiliária	Mudança na Lei Orgânica (crescimento dos loteamentos)	Conscientização / apoio	Grupos Voluntários
			Falta de Conscientização	Educação Ambiental (Grade Curricular) Matéria Escolar	Incentivo	Sociedade Organizada
06	05	Aterro Mantovani (Contaminação)	Falta de Controle	Consciência	Política	União
07	02	Fuligem	Queimadas Urbanas e Rurais	Lei Municipal Específica	Aprovação da lei - Fiscalização	Qualidade de vida
			Indústria	Controle e Manejo	Investimento e conscientização	PPP e Melhoria de Trânsito de pedestres
			Poeira	Pavimentação Meia Via - Arborização	Investimento público / privado	Valorização Imobiliária
				Forração lateral		
08	06	Parcelamento do Solo	Lote mínimo Incra: 20.000m^2	Permissão familiar hereditária	Causa construções irregulares	Conscientização do poder público e comunidade
			Módulos Rurais Subdivididos	Área regulamentada de forma autosustentável	Falta de infra-estrutura apropriada para preservar o meio ambiente	
			Comercialização Inadequada sem infra est[illegible]ra	Leis disciplinares regulamentadoras	Crescimento demográfico desorde[illegible]	

oficina municipal®
escola de cidadania e gestão local

Carla Aparecida Pereira
Recepcionista
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Rua Antonio Damásio Filipini, 188
13825-000 Holambra SP

São Paulo, 23/08/07

Ref.: ***Curso: A Nova Lei de Saneamento***

Prezada Senhora Pereira,

A Oficina Municipal, OSCIP parceira da Fundação Konrad Adenauer, promoverá o ***Curso: A Nova Lei de Saneamento*** nos próximos **25 e 26 de setembro** das 09h30 as 17h00, totalizando 12 horas-aula.

A Lei 11.445 trouxe obrigações e oportunidades para os municípios na área de saneamento. As principais exigências se referem ao planejamento dos serviços, tarefa complexa que exige mobilização e participação. Dizem respeito também à criação de entidade reguladora com a possibilidade de delegação.

Esse curso foi criado com o objetivo de capacitar os gestores municipais a cumprir as exigências da Lei 11.445 e também aproveitar as oportunidades decorrentes deste novo ambiente que se apresenta.

O presente curso tem como objetivo de capacitar os agentes das Prefeituras (secretários, diretores, assessores, técnicos, servidores de carreira etc.) e Câmaras Municipais (vereadores, assessores, técnicos etc.), bem como, aos profissionais que atuam no Setor Privado e Terceiro Setor.

As aulas serão ministradas em São Paulo, na sede da Oficina Municipal, na Rua Padre Garcia Velho, 73 – cj. 61/64, Pinheiros (referências: Largo de Pinheiros, Livraria Fnac e Av. Pedroso de Moraes). O programa do curso se encontra no verso desta carta.

A Oficina Municipal terá grande prazer em acolher Vossa Senhoria e os profissionais de sua equipe nesta promoção em favor da responsabilidade e da qualidade na Gestão Pública Municipal. Mais informações pelo telefone (11) 3032 4330 e www.oficinamunicipal.org.br.

Cordiais saudações,

Dr. José Mario Brasiliense Carneiro
Diretor

João Paulo Vergueiro
Gerente Administrativo e de Projetos

Programa do curso no verso desta

curso: a nova lei de saneamento 25 e 25 de setembro

PROGRAMA

Terça-feira, 25 de setembro de 2007

09h30 as 11h30

Desafios da infra-estrutura nos municípios - As principais questões de infra-estrutura no Brasil e a situação do marco regulatório

Profa. Maria Fernanda Freire de Lima – Sócia da Pezco Pesquisa & Consultoria

11h30 as 12h00

Retrato do saneamento no Brasil - O que dizem os dados sobre a operação do saneamento nos municípios brasileiros

Profa. Thelma Harumi Ohira – Sócia da Pezco Pesquisa & Consultoria

13h30 as 15h00

Implementando a Lei 11.445 - Desafios práticos levantados pela Lei 11.445

Prof. Rodrigo Campos – Advogado Associado da Sundfeld Advogados

14h30 as 16h00

Criando a regulação em saneamento - Como enfrentar o desafio de estruturar a função regulatória ou de delegar competências

Prof. Frederico Araujo Turolla – Professor da ESPM e da FGV-SP e Sócio da Pezco

16h00 as 17h00

Participação estadual - O projeto de lei paulista sobre saneamento e a regulação no Estado

Profa. Karla Bertocco – Coord. de Saneamento da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de SP

Quarta-feira, 26 de setembro de 2007

09h00 as 11h00

Planejando a regulação e criando o processo de planejamento - A exigência de planejamento instituída pela Lei 11.445 constitui sério desafio aos municípios

Prof. Alceu de Castro Galvão Jr. – Coord. de Saneamento Básico da ARCE

11h00 as 13h00

Financiando os investimentos - Onde e como obter recursos para financiar investimentos em saneamento no município

Professor Jorge Dietrich – Diretor da Dietrich Consultoria

14h30 as 16h30

Planejamento e gestão de serviços de saneamento - As principais questões relacionadas à gestão e planejamento dos serviços públicos de água e esgoto

Prof. Joaquim Batista da Silva Jr. – Diretor da Hidroconsult Consultoria Estudos e Projetos S.A.

16h30 as 17h00

Cenário e lições - O que se pode aprender e perspectivas do saneamento relevantes para o município

Profa.: Maria Fernanda Freire de Lima – Sócia da Pezco Pesquisa & Consultoria

Carga horária total: 12 horas

Local: Oficina Municipal - R. Pe. Garcia Velho, 73 - Pinheiros (próximo à Livraria Fnac e ao Lgo de Pinheiros) São Paulo

INVESTIMENTO

R$ 400 - inscrição individual

R$ 340 - inscrição individual de 02 ou mais pessoas da mesma instituição (inscrição pessoa jurídica)

R$ 200 - inscrição de alunos de municípios de outros Estados; alunos de municípios de São Paulo com menos de 25.000 habitantes (Pessoa Jurídica); ex-alunos; estudantes e docentes (necessário anexar comprovante, opção válida somente para inscrição de pessoa física)

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: Tel: (11) 3032-4330/ Inscrições: **www.oficinamunicipal.org.br** / **inscricao@oficinamunicipal.org.br**

PRAIA GRANDE
a nossa praia

PG 45 ANOS
PRONTA PARA O FUTURO

caixa postal 94

4806168 3426556 04411456 2208 0951330 2007 MF01167 BRASIL CORREIOS R$ 00,60

IMPRESSO: Avenida Kennedy, 9.000, Vila Mirim, Praia Grande, CEP 11704-900 - Coord. Eventos Cerimonial

INSCRIÇÃO:

Sem a cobrança de taxa. Enviar nome e instituição para cerimonial@praiagrande.sp.gov.br até o dia 10/09(segunda-feira)
Informações: (13) 3496 2248/3496 2185

HOSPEDAGEM:

Opções:

Colônia de Férias da FECESP
Av. Castelo Branco nº 8420 Vl. Mirim
Reservas (17) 3215 9366
Diárias; R$ 57,00 (cinqüenta e sete reais)
apartamentos coletivos para até 4 pessoas,
R$ 104,00 (cento e quatro reais)
apartamentos para uma pessoa.

Colônia de Férias do SINDVEND
Av. dos Sindicatos, 1083 Vl. Mirim
Reservas (13) 3496 1555
Diárias; R$ 83,00 (oitenta e trez reais) por pessoa.

Todas as diárias com pensão completa.

REALIZAÇÃO

CNCP Comitê Nacional do Cerimonial Público

APOIO CULTURAL

IBRAP
Instituto Brasileiro de Administração Pública

3ª JORNADA PAULISTA DE CERIMONIAL

"O CERIMONIAL E A ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS"

PRAIA GRANDE 2007

3ª JORNADA PAULISTA DE CERIMONIAL

"O CERIMONIAL E A ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS"

PRAIA GRANDE 2007

17 de setembro de 2007(segunda-feira)

OBJETIVO

O cerimonial e o protocolo são ferramentas valiosas para qualquer órgão público.

O cerimonial e o protocolo reconhecem as hierarquias da ordem institucional. Ao realizá-lo, institui-se a categoria das autoridades e as devidas precedências.

Mesmo com tantas tradições, vivemos uma nova realidade mundial. Adequar a legislação vigente a uma cultura municipal, faz com que exista a necessidade de uma atualização constante das pessoas envolvidas.

Não há mais espaços para improvisações de última hora que podem comprometer todo um trabalho e a imagem do órgão público e de seus representantes.

PROGRAMA:

13H
Credenciamento e entrega de Material

14H
Solenidade de Abertura

14:15H
Palestra:O CNCP Histórico e Metas
Palestrante:José Afonso Carrijo Andrade - Presidente do CNCP-Comitê Nacional do Cerimonial Público.

14:30H
Palestra:O CERIMONIAL NO MUNICÍPIO
"Tradições, regras e realidade municipal"
Palestrante:Eliane Ubillús - Chefe do Cerimonial Prefeitura de Campos do Jordão e do CODIVAP, Diretora para Assuntos do Executivo do CNCP, Vice-Presidente da OICP.

15:30H
Debate

15:45H
Palestra:O DECRETO 70.274 DE MARÇO 1972
"Aplicação e Bom Senso"
Palestrante: Ana Lukower - Professora de Cerimonial e Membro do CNCP

16:45H
Coffee-Breack

17H
Palestra:LEI 5.700
"Os Símbolos Nacionais"
Palestrante:Flávio Benedicto Viana - Professor de Cerimonial e Membro do CNCP

18H
Debate

18:15H
Palestra:MESTRE-DE-CERIMÔNIAS
Palestrante:Renata Aranha - Jornalista, Professora de Cerimonial, Presidente da APROCER.

19:15H
Debate

19:30H
Palestra:MARKETING PESSOAL E BOAS MANEIRAS
Palestrante:Cláudia Matarazzo - Jornalista, Consultora Empresarial e Chefe do Cerimonial do Governo do Estado de São Paulo.

20:30H
Debate

21H
Encerramento:Porto de Honra e Noite de Autógrafos

Auditório "Jornalista Roberto Marinho" - Rua José Borges Neto nº 50 (ao lado da Prefeitura) - Praia Grande

PRAIA GRANDE
a nossa praia

PG 46 ANOS
PRONTA PARA O FUTURO

COLABORE COM O MEIO AMBIENTE. NÃO JOGUE ESTE PANFLETO NAS VIS PÚBLICAS.

2º ARRAIAL DA INTEGRAÇÃO

A população de Nova Odessa pagou por este anúncio: R$ 0,07

Festa Junina Beneficente Oficial de Nova Odessa

Data: Sábado - 23 de junho

Horário: a partir das 18 horas

Local: Convívio Municipal, em frente à Prefeitura de Nova Odessa

Vai ter muita comida típica, vinho quente, quentão, doces e brincadeiras para a criançada!

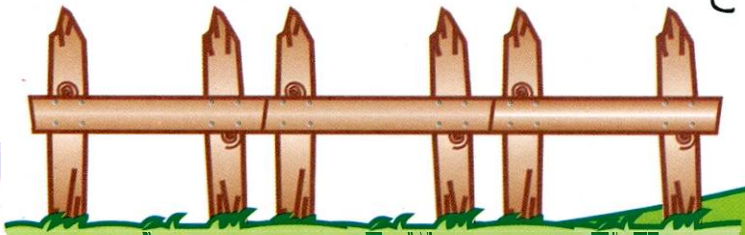
Venha prestigiar o Programa da Melhor Idade e as Entidades Assistenciais de Nova Odessa!

Shows com Eduardo e Jardel e Trio Barbosa!

Prefeitura de Nova Odessa
Compromisso com o futuro

Apoio cultural:

vivamed
é mais saúde



Prefeitura Municipal de Nova Odessa
ESTADO DE SÃO PAULO

CONVITE

A **Prefeitura de Nova Odessa** e a Coordenadoria Municipal de Saúde convidam vossa senhoria e família para participar da **inauguração da AMI (Academia da Melhor Idade)**, que será realizada na segunda-feira, dia 25 de junho, no Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia.

Vossa presença e prestígio são fundamentais!

Dia: **25 de junho de 2007 - segunda-feira**

Horário: **16 horas**

Local: **Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia**, na Rua Aristides Bassora, nº 301, no Bosque dos Cedros

Informações pelo telefone (19) 3476-8600 ou pelo e-mail imprensa@novaodessa.sp.gov.br

Prefeitura de Nova Odessa
Compromisso com o futuro

Coordenadoria Municipal de SAÚDE Nova Odessa

Administração 2005-2008
"Compromisso com o Futuro"

UVESP
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

30 anos

Convite

A **UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo,** tem o orgulho de convidar Vossa Excelência a participar do Seminário: **"CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" em Santo Antônio do Aracanguá .**

Em breve encaminharemos a programação do evento que acontecerá no próximo dia **22 de Junho de 2007** (sexta-feira), no auditório da **Câmara Municipal em Santo Antônio do Aracanguá, na Rua Ver. Jair de Arruda Campos, 150 – Santo Antônio do Aracanguá/SP.**

Mais informações:

UVESP: (11) 3886-6049/51 e 2165-9964.

www.uvesp.com.br

EMAIL : uvesp@uvesp.com.br

Contamos com a sua presença,

Atenciosamente,

Sebastião Misiara
Presidente da UVESP

PAE-SEBRAE/SP HOLAMBRA
Posto de Atendimento ao Empreendedor – Sebrae/SP em Holambra

Holambra, 10 de maio de 2007

A
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Temos a honra de convidá-los para o **Fórum - Lei Geral " A nova realidade para os pequenos negócios"**, que será realizado:

Data: 18 de maio de 2007
Horário: 10 as 13 horas
Local: Espaço de Eventos Excalibur

Dada a importância do evento para todos os micro e pequenos empresários do município, contamos com a presença da Câmara Municipal

O Posto Sebrae de Atendimento ao Empreendedor de Holambra e o Projeto Empreender estarão colocando à disposição dos interessados transporte gratuito até o local, que sairá da Rua Rota dos Imigrantes, 470 (em frente a Associação Comercial). Inscrições pelo telefone (19) 3802 2020

Atenciosamente,

Carla Cozer
Agente de Desenvolvimento Local
carlac@sebraesp.com.br
Posto Sebrae Holambra

Carmen Schneider
Consultora ***Empreender***
empreender@aceholambra.com.br
Projeto Empreender



PROGRAMAÇÃO

10h00 Recepção e entrega de material

10h15 Abertura dos trabalhos pela mesa de autoridades

11h00 Apresentação Lei Geral - Aspectos gerais e implementação

11h45 Apresentação do Modelo da Lei Geral Municipal

12h30 Debate

13h00 Encerramento

DATA: 18 DE MAIO DE 2007
HORÁRIO: DAS 10h ÀS 13h
LOCAL: ESPAÇO DE EVENTOS EXCALIBUR
AVENIDA DR. ANTÔNIO CARLOS COUTO DE BARROS, 2156
JARDIM CONCEIÇÃO - SOUSAS - CAMPINAS - SP

Central de Relacionamento: **0800 728 0202**
www.sebraesp.com.br

APOIO

CRC SP SESCON-SP AESCON-SP

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª Região Militar
14ª Circunscrição de Serviço Militar
4ª Delegacia de Serviço Militar
180ª J. S. M.
HOLAMBRA SP

Holambra, 01 de Junho de 2007.

CONVITE

A JUNTA DO SERVIÇO MILITAR DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA-SP TEM A HONRA DE CONVIDAR VOSSA SENHORIA PARA A SOLENIDADE DE **JURAMENTO A BANDEIRA** E ENTREGA DE CERTFICADOS DE DISPENSA DA INCORPORAÇÃO AOS JOVENS NASCIDOS NO ANO DE 1989 E ANTERIORES, QUE SERA REALIZADA NO DIA **22 DE JUNHO PROXIMO AS 09:00 HORAS** NA DEPENDENCIA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, LOCALIZADA **NA RUA CAMPO DE POUSO, 612 A - CENTRO – HOLAMBRA SP.**

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WAGNER GALVÃO
SECRETARIO DA 180ª JSM

ILMO SR.
WILSON BARBOSA - VEREADOR
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA – SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
INDAIATUBA
EDIFICANDO O BEM COMUM

Convite

A Prefeitura de Indaiatuba por meio da Secretaria Municipal de Habitação, da COHAB e do IESCODIN, convidam para a inauguração do Conjunto Habitacional Caminho da Luz, projeto pioneiro de caráter eminentemente social que atende 102 famílias do município e recebeu pela sua qualidade, empreendedorismo e público alvo um prêmio nacional: Selo Mérito Especial da Associação Brasileira de Companhias de Habitação Popular.
Sua presença engrandecerá esse evento e muito nos honrará!

Data: 26/05/2007 (sábado)
Horário: 8h
Local: Conjunto Habitacional Caminho da Luz
Rodovia Lix da Cunha, 2900
Bairro Tombadouro

Indaiatuba, maio de 2007

José Onério da Silva
Prefeito de Indaiatuba

Carlos Olímpio Pires da Cunha
Secretário Municipal de Habitação

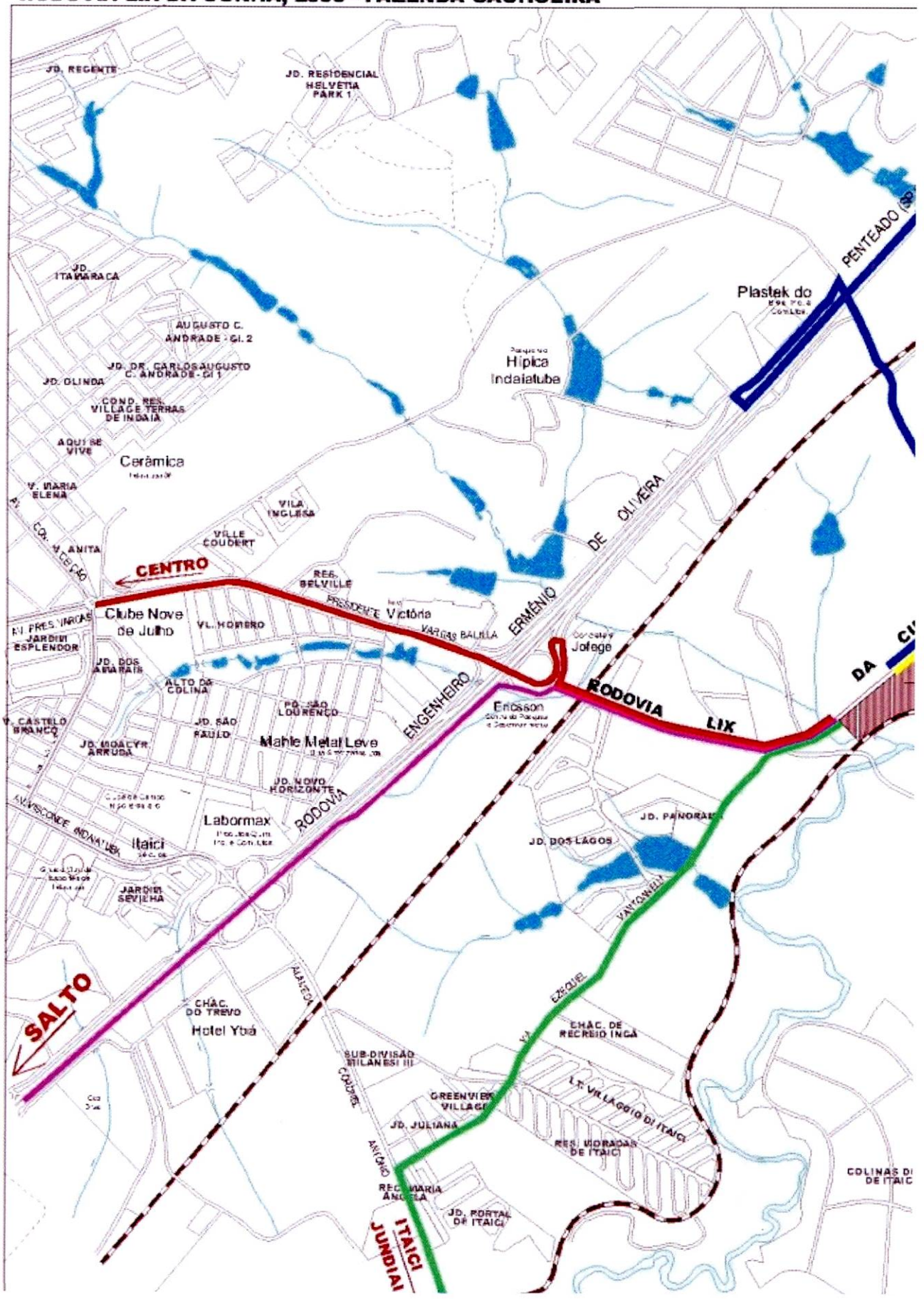
Drº Fernando Vaz Pupo
Diretor Presidente Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB-CP

Durval Sombini Filho
Presidente do IESCODIN

Av. Engº Fábio Roberto Barnabé, 2800 - Jardim Esplanada II
Telefone: (19) 3834-9000 - CEP 13330-900 - Indaiatuba - SP

CONJUNTO HABITACIONAL CAMINHO DA LUZ

RODOVIA LIX DA CUNHA, 2900 - FAZENDA CACHOEIRA



Prefeitura Municipal de Indaiatuba
Telefone: (19) 3834-9000
Site: http://www.indaiatuba.sp.gov.br/

Esta mensagem, incluindo seus anexos, contém informações confidenciais destinadas ao usuário do endereço eletrônico e a propósitos específicos.
Caso você não seja o citado usuário, deve apagar esta mensagem.
É terminantemente proíbida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem.
As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba
Telefone: (19) 3834-9000
Site: http://www.indaiatuba.sp.gov.br/

Esta mensagem, incluindo seus anexos, contém informações confidenciais destinadas ao usuário do endereço eletrônico e a propósitos específicos.
Caso você não seja o citado usuário, deve apagar esta mensagem.
É terminantemente proíbida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem.
As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor.

Ofício Nº 89/2007
Gabinete da Presidência

Hortolândia. 22 de maio de 2007.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador Wilson Barbosa
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente

Tenho o prazer de informar-lhe que a nossa reunião do Parlamento Metropolitano, realizada em 11 de maio p.p. na cidade de Valinhos, foi coroada de êxito. Tivemos uma tarde muito agradável e produtiva, e aproveito da oportunidade para externar o nosso agradecimento ao Dr. João Moysés Abujadi, Presidente do legislativo valinhense e nosso anfitrião, bem como a toda a sua equipe de apoio.

Na oportunidade, entre outros assuntos tratados, falou-nos o Coronel PM Eliziário Ferreira Barbosa, Comandante do Policiamento do Interior, tratando sobre as Festas Raves e solicitando o apoio dos Parlamentares da RMC para analisarem as legislações de cada município sobre tais festas, no sentido de uma regulamentação condizente com os interesses da sociedade. Nesse sentido, ficou acertado que os assessores jurídicos de cada legislativo poderiam levantar as situações específicas de cada município, para um estudo e proposição final por este Parlamento. Esta Presidência encarregou o Dr. Paulino José Carrara para os contatos e procedimentos necessários, pelo que pedimos a colaboração de cada Presidente.

Dentro em breve estaremos comunicando a data do próximo encontro, esperando desde já contar com a sua presença.

Sem mais, com as nossos mais cordiais saudações, subscrevemo-nos

Atenciosamente

George Julien Burlandy
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE

Assunto: *Convite para participar da Sessão Itinerante.*

Prezado (a) Senhor (a),

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, tem a honra de convidar Vossa Senhoria e família, para participarem da ***Sessão Itinerante, a qual será realizada aos 17 de julho de 2007, ás 19 horas no Salão Comunitário Santa Cruz do bairro Palmeiras.***

Sua presença muito nos honrará.

Atenciosamente.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

IN COMPANY EVENTOS

Marketing Politico para Vereador

CONTEÚDO

- Segredos do Marketing Politico
- Decisão de se candidatar
- Análise do cenário politico
- Definições da proposta politica
- Formação de estrutura de apoio
- Preparação do candidato
- Promoção e divulgação
- Lançamento da campanha
- Acompanhamento e controle da campanha

50% de DESCONTO somente hoje.

1 DVD - duração 63 min.

Este kit, dirigido aos candidatos a prefeito, foi produzido para desvendar os segredos da campanha eleitoral vitoriosa.

Campanha de Vereador - Organização da campanha

CONTEÚDO

- Preparação pessoal
- Proposta de trabalho
- Mapeamento do território eleitoral e a projeção de votos
- Plano de propaganda
- Conquista de voto
- Organização da campanha
- Elaboração do orçamento
- Execução da campanha

50% de DESCONTO somente hoje.

1 DVD - duração 58 min.

Este kit, dirigido aos candidatos a prefeito, foi produzido para desvendar os segredos da campanha eleitoral vitoriosa.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 117/07 *Estância Turística de Holambra, 13 de junho de 2007.*

Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública,

Tem este a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, ***Requerimento nº. 010/2007*** *de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, o qual foi apresentado e aprovado em Sessão Ordinária, realizada aos 12 de junho 2007, nesta Casa de Leis.*

Colocamo-nos a inteira disposição e apresentamos nosso apreço e consideração.

Atenciosamente.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

A Sua Excelência o Senhor,
RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO
Secretaria da Segurança Pública
São Paulo – SP

IN COMPANY EVENTOS

Campanha de Prefeito - Passo a Passo

CONTEÚDO

- Escolha e preparação do candidato
- Plataforma de governo
- Orçamento da campanha
- Estrutura organizacional da campanha
- Propaganda Eleitoral
- Conquista do voto
- Pesquisas eleitorais
- Linguagem para novos tempos
- Melhoria da performance
- Segredos do sucesso eleitoral

50% de DESCONTO somente hoje.

1 DVD - duração 53 min.

Este kit, dirigido aos candidatos a prefeito, foi produzido para desvendar os segredos da campanha eleitoral vitoriosa.

Falando em Público - Comunicação e Oratória

CONTEÚDO

- Comunicação Pessoal
- A força da voz
- Dicção e locução
- Preparação de discursos e palestras
- Cuidados na apresentação
- Falar de improviso
- Reuniões na empresa
- Apresentação no rádio e TV
- Apresentação em sala de aula
- Instrumento de apoio!

50% de DESCONTO somente hoje.

1 DVD - duração 80 min.

Este kit, dirigido aos candidatos a prefeito, foi produzido para desvendar os segredos da campanha eleitoral vitoriosa.

IN COMPANY EVENTOS

Inscrições: (11) 3237-0660 / 3214-3466 Fax:(11) 3231-3653

Rua da Consolação 359 Conj. 53 - Centro - São Paulo/SP

- www.lepeincompany.com / eventos@lepeincompany.com

gestão
consultoria empresarial

PROJETO DE EMENDA DE REVISÃO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

QUADRO EXPLICATIVO

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 –
Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

ARTIGO	COMENTÁRIOS E ALTERAÇÕES
Art. 4°- **Objetivos consagrados no artigo 3°. da CF**	**Conforme CR.** *São objetivos fundamentais do Município além daqueles previstos na Constituição do Estado, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem comum a todos os munícipes e erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, assegurando a todos o direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à segurança, e a assistência social na forma desta Lei Orgânica.*
Art. 5º. – Parágrafo Único	**Redação que será transferida para o artigo 75. Alteração em razão da adequação da matéria no título pertinente**
Artigo 10º – *caput* *redação do artigo em conformidade com artigo 30 da CF. alterações de alguns incisos para melhora de redação e disposição dos assuntos tratados que se repetiam*	*Compete ao Município no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*
I –	*Incentivar e implementar projetos para o desenvolvimento turístico da cidade;* **Obs: texto anterior inserido no caput deste**
III -	*Elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentária, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias ficais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate a evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.*
IV-	*dispor sobre sua organização administrativa, utilização e alienação dos bens públicos, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial.*
V	*planejar o uso e ocupação do solo em seu*

	território, suplementando no que couber a legislação federal e estadual, estabelecer normas de edificação e zoneamento urbano e dispor sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado **(já engloba o item XVII);**
VI-	*Conceder, renovar licenças(...), bem como fazer cessar, no exercício de pode de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, meio ambiente, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade*;
X-	*Regulamentar e fiscalizar o uso da vias rurais e promover sua conservação e limpeza;*
XI-	*Prestar assistência médico e social aos munícipes, mediante seus próprios serviços ou em cooperação com o governo federal, estadual e entidades* privadas **(item anterior inserido no XV) ;**
XV-	*promover os seguintes serviços:* *f- funerários e de cemitérios;* *g- creches*
XVII-	*Aceitar legados e doações* **(texto anterior inserido no item V)**
XIX-	*regulamentar e dispor no que couber o meio ambiente sua fiscalização e controle;* **texto anterior inserido no item VIII:**
XXI-	*dispor sobre licitações e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União* **(texto anterior inserido no item IV)**
XXIII-	dispor sobre o regime jurídico, cargos e salários de seus servidores e organizar seu plano de carreira;
Artigo 11º –	
VIII-	*fomentar as atividades agropecuárias, organizar o abastecimento alimentar e estimular o aproveitamento social da terra;*
Art. 15- *em simetria com o artigo 48 da CF, observado as matérias de interesse local(art. 30 cf)*	
IV –	*autorizar a obtenção e concessão de*

	empréstimos
VII -	*autorizar a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;*
IX -	*autorizar a alienação de bens imóveis e sua aquisição, salvo quando este se tratar de doação sem encargos;*
XIV -	*dar e alterar a denominação a próprio e logradouros púbicos municipais;*
XVI –	*dispor sobre o regime jurídico de seus servidores e organização dos serviços municipais;*
XVII –	*criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções pública e fixação de respectivos vencimentos, observada a legislação orçamentária e os limites impostos na CF. (alterar)*
XIX –	*autorizar a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta plebiscitária. (inserir)*
Da competência Privativa: **Art. 16 – Em simetria com arts. 49 e 51CF observado do art. 30 CR e art.20 C do Est.**	
I –	*eleger sua Mesa ou destituí-la;*
II- matéria regimental não precisa vier expressa na LOM	*elaborar seu Regimento Interno, o qual disporá sobre sua organização político administrativa, provimento de cargos de seus servidores e todo e qualquer assunto de sua administração interna*
III- art. 51 CR	*organizar seus serviços administrativos internos e criar ou extinguir cargos;*
IV- art. 49 CR	*autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;*
VI – **d – art. 31, § 3°. CR**	*As contas de que trata esse inciso, deverão ficar por 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos ter da lei.*
X-	*(...) bem como dirigentes da administração*

	indireta do Município;
XV- **art. 49, inciso IV CR**	*requerer a intervenção do Estado no Município nos casos previstos na Constituição Federal;*
XVII-	**idem emenda 016/2006**
XVIII -	**idem emenda 16/2006**
Inserir incisos: XIX- ***art. 49, V CR***	*sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;*
XX- ***art. 49, XV CR***	*Autorizar referendo e convocar plebiscito;*
XXI- **art. 49, X CR**	*solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;*
XXII- ***art. 57, IVCR.***	*Apreciar os vetos;*
XXIII- *XXIV* – ***art. 52, V CR***	*deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;* *– autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município* ***observado o disposto no inciso V do art. 52 da CF;***
Art. 18-	*Ao vereador compete respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual e a Leis Municipais e ainda o seguinte:*
Art. 20 – *alínea "d" do art. 54 CR* b-	*ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;*
Art. 20 – **Parágrafo único** ***Art. 30 CR interesse local***	Além das vedações, condutas e sanções previstas neste artigo a Câmara Municipal estabelecerá ainda outras a serem editadas e disciplinadas através de Código de Ética a ser editado por resolução da Câmara Municipal.
Art. 21 - VII – ***Dec-Lei 201 – art. 6°, I***	*por falecimento ou renúncia expressa;*
Art. 22 – ***Dec-Lei 201 – princípios gerais***	*O processo de cassação de mandato de vereadores, por infração político administrativa, será definido no Regimento*

	Interno da Câmara Municipal e obedecerá aos seguintes princípios:
I –	*contraditório e ampla defesa, publicidade, e motivação da decisão;*
II-	*Iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída na forma da CF;*
III-	*recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;*
IV-	*votação individual e secreta* ***(vide art. 34 I);***
V-	*conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias a contar do recebimento da denúncia.*
§ 1º-	*o processo de cassação por infração político administrativa não impede a apuração de contravenção penal, de crime comum e de responsabilidade.*
§ 2º -	*o arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.*
§ 3º -	*o vereador poderá ser afastado pela Câmara Municipal, com prejuízo da remuneração, quando a denúncia por infração político-administrativo for recebida por dois terços de seus membros ou quando da apuração de crime comum ou ato de improbidade administrativa, recebida pelo Poder judiciário, perdurando o afastamento até o transito em julgado da sentença;*
Art. 23 – § 3º, CR	*(...) criminal em curso, vedado o pagamento do subsídio no período de afastamento.*
Art. 29, CR -	**Revogar - matéria regimental**
Art. 30 CR-	**Revogar- material regimental.**
Art. 31, CR - **Parágrafo 2º.**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 32 - *caput*	**Revogar - matéria regimental**

Art. 33- **Parágrafo 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 34 – **Parágrafo 2 a 4º**	**Revogar - matéria regimental.**
Art. 35 – **Parágrafo. 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 36. **Parágrafo 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 37. **Art. 58, §1º, (CF)**	*As representações partidárias ou blocos parlamentares que participam da Câmara terão entre seus vereadores, líder e vice-líder, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, garantida a representação nas comissões permanentes e temporárias quando couber.*
Parágrafo 1º a 4º	**Revogar matéria regimental**
Art. 41- **Parágrafo único** **" e"-** **"f" –** **"g"-**	*Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos.* *instituidora ou regulamentadora da Guarda Municipal;* **revogar idem a alínea "e"**
Art. 47-	conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal.
Parágrafo 2º. E 3º.	**Revogar por incompatibilidade do a CF do Estado – falta de previsão.**
Art. 52 – **Inserir parágrafo único -**	O poder Executivo no uso de suas atribuições poderá valer-se de órgãos consultivos e deliberativos para assessoramento do planejamento municipal nos termos do que dispõe essa Lei Orgânica.(art. 75)
Art. 54 - **§ 1º –**	*Decorrido dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou vice-prefeito, não*

Art. 78 § único CF **§ 2º -**	*tiverem assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago por ato do Presidente da Câmara Municipal.* *O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.*
Art. 62 – ***VI –***	*(...) e instituir servidões administrativas.*
XV –	**este inciso já compreende o inciso XXXV**.
XVI –	(...) e fixar os preços dos serviços públicos;
XXXV –	*celebrar convênios e consórcios com prévia autorização legislativa* **redação anterior já inserida itemXV**
SEÇÃO IV **Da Perda e Extinção do Mandato.** **Art. 68 -**	Ocorre perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação, extinguindo-se o mandato do prefeito. assim declarado pelo presidente da Câmara Municipal quando:
I –	ocorrer o falecimento;
II -	ocorrer a renúncia expressa ao mandato;
III –	ocorrer condenação criminal transitada em julgado
IV-	– incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar ate a posse e nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;
V –	deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista;
Parágrafo 1º. **I –** **a-**	O prefeito e o Vice Prefeito, sob pena de perda do mandato, não poderão, : *Desde a expedição do diploma:* *Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas,*

b- c- II – a- b- c-	*sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;* *Patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;* *Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.* *desde a posse:* *Exercer cargo, função ou emprego público em qualquer das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;* *Participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;* *Exercer outro mandato público eletivo;*
Art. 69 (...) **Parágrafo 1º.**	*O subsídio do Prefeito, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional, será o teto para a remuneração dos servidores do Município, não podendo ser ultrapassado em hipótese alguma, vedado ainda qualquer vinculação.*

Artigo 74 **III –**	*depende à lei para definir os limites de sua competência e atuação, bem como a forma e escolha de seus diretores.* **obs: a lei de criação do IPMH definiu como escolher - Sindicato de trabalhadores de categoria é termo genérico, nem sempre atenderá às necessidades para o caso, tal situação deve ser deixada para lei definir e não como pressuposto em lei orgânica. Por exemplo, criar uma fundação para amparo de crianças: qual sindicato seria competente; ou criação de uma autarquia de água: qual o sindicato que tem competência territorial para indicar tal nome?**
Artigo 75 – **Parágrafo Primeiro -**	*A administração Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal integrados por representantes do poder público e sociedade civil organizada, obedecido ao princípio da paridade, com atribuições e composições definidas em lei visando:* *Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos:* *I – ½ (metade) dos representante indicados pelo Poder Executivo Municipal, compostos por servidores integrantes da área;* *II – ½ (metade_) dos representantes da sociedade civil organizada, entre eles usuários dos serviços públicos, e profissionais atuantes na área, residentes no Município.* Parágrafo Segundo – Os órgãos de que trata o presente artigo poderão ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global. **Obs: Introduzido Parágrafo 1º (redação do Parágrafo único do artigo 5º.) e transformar Parágrafo único em Segundo**
Artigo 77 – **Conforme Lei de Licitações**	*As pessoas jurídicas ou físicas em débito com o sistema de seguridade social, FGTS e com a Fazenda Pública Municipal, não poderão contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber qualquer benefício ou incentivos fiscais ou creditícios.*
Artigo 79	**Revogar, já implícito no artigo 80.**

Parágrafo 1º. **Parágrafo 2º.**	*a "f" da Lei 8666/93 e suas alterações.* **REVOGAR já está explícito na lei de licitações artigo 17, I d .**
Artigo 94 – ***Princípios constitucionais da motivação(fundamentação) e finalidade pública. Art. 37***	*O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural*
Parágrafo 2º. ***Art.19, V e 187 da C. Est.***	*– A permissão será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.* **Obs: A permissão é outorga de bem a título precário e indeterminado, podendo ser revogada segundo conveniência e interesse público, sendo ato administrativo negocial.**
Artigo 99 - *Matérias de competência da União – normas gerais, art. 22, XXVII* **Parágrafo 1º.** **Parágrafo 2º.** **Parágrafo. 3º.**	*O Município obedecerá as normas gerais de licitação e contratos editadas pela União e as específicas constantes da Lei Estadual, podendo regulamentar no que couber as matérias de interesse local.* **Revogar - já está implícito na lei de Licitações quanto a capacidade técnica, jurídica etc.** **Revogar redunda a lei de licitação e concessão, e ainda ao artigo 100 desta LOM.**
Artigo 106 – **Art. 39, § 3º. CF**	*A lei municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores públicos municiais, e instituirá Conselho de política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, observado o disposto na Constituição Federal.*
Parágrafo 2º.- **Art. 39, § 3º. CF**	*Aplica-se aos servidores municipais, ocupantes de cargo público(...) , podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o*

	exigir.
Artigo 107 – **Parágrafo único**	*Os servidores públicos ocupantes de cargo, emprego ou funções públicas, obedecerão ao disposto artigo 37, incisos I a XVIII da Constituição Federal.* **– revogar I A XVII já está na lei civil, na constituição, já está previsto em nosso ordenamento jurídico municipal. Incluir parágrafos 1º e 2º.**
Parágrafo 1º. ART. 39, § 8º. CF **Parágrafo 2º. – §. 7º ART. 38 CF**	*A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada por subsídio, na forma que preceitua o § 4º, do artigo 39 da CF.* *O Município disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*
Artigo 108 **ART. 38 da CF** **I a IV**	*Ao servidor público municipal da administração direta autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se o disposto no artigo 38 e incisos da Constituição Federal.* **Revogar incisos.**
Art.109 – **Art. 40 da CF e 126 CE** **§ 1º. –** **art. 40, § 1º. da CF/126 § 1o. da CE**	*Aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e ao disposto na Constituição Federal.* *Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados e calculados os seus proventos na forma da lei, atendidos os critérios estabelecidos na Constituição Federal.* *Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público,*

§ 2º.	*aplica-se o regime geral de previdência social.*
Art. 112 – **V-** [redacted]	*contribuição, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, I e III da Constituição Federal.* **(redação de acordo com EC 39.)**
Art. 113 – **" c" –** [redacted]	*antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.* ***Inserir inciso " c" (de acordo com emenda 42 2003)*** *estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.*
V- [redacted]	[redacted]
Parágrafo Único -	...após 30 de novembro de cada ano.
Art. 117- Parágrafo 1º. – [redacted] I – II –	*O imposto previsto no inciso I , para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, poderá* *ser progressivo em razão do valor do imóvel;* *ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.* *A progressividade referida no Parágrafo 1º. o será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor.*

Parágrafo 4°. – **Art.182 CF**	*A progressividade será precedida de parcelamento ou edificações compulsórios*
Parágrafo 5° –	*A Lei Municipal estabelecerá critérios objetivos para edição e atualização da Planta Genérica de valores imóveis devendo esta revisão ocorrer a cada dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I do artigo.*
Parágrafo 6°. –	*Ao imposto previsto no inciso IV, caberá a Lei Complementar:* ***(redação de acordo com o artigo 156 da CF)*** *fixar suas alíquotas máximas e mínimas;*
Parágrafo 7°. – [redacted]	*regular as formas e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos;*
I –	*excluir de sua incidência exportação de serviços para o exterior.*
II –	
III –	
Artigo 121 –	**Obs: RECOMENDA-SE ALTERAR: A constituição em seu artigo 165, § 3°. Dispõe apenas que o Executivo publicará em 30 dias do encerramento de cada bimestre o relatório resumido da execução orçamentária. O artigo em análise transborda o texto constitucional e exige outros documentos como balanço patrimonial, (relatório completo e resumido etc..)**
Artigo 124 –	*corrigir da constituição para na constituição.*
Parágrafo 6°. – art. 165, § 7°. CF	*Os orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor terão entre suas funções a redução de desigualdades entre os Distritos ou localidades do Município segundo critérios*

	populacionais
Artigo 125 – **Parágrafo Único**	*Os projetos de emendas serão apresentadas na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e serão apreciadas na forma regimental pelo plenário da Câmara Municipal*
Insere artigo 131 A **Art. 131 A –** competência local art. 30 CF	**Obs: de acordo com redação do 180 da CF.** *O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.*
Artigo 132 –	**Obs: DESENVOLVIMENTO URBANO.** **O artigo 132 se repete em vários outros artigos tais como 134 e parágrafo 1°. do artigo 138.** A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem –estar de seus habitantes, assegurando:
Artigo 133 **Parágrafo Único** *I –* *II –* *III -* *IV-* *V –* *VI –*	**inserir parágrafo único seguinte pois que não constou quais os instrumentos da política urbana** *A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:* *Instrumentos de planejamento:* *Instrumentos jurídicos urbanísticos:* *Instrumentos de regularização fundiária:* *Instrumentos tributários financeiros:* *Instrumentos jurídico-administrativos;* *Instrumentos de democratização da gestão urbana:.* **(obs: no texto da lei foram inseridas as alíneas com cada ação)**
Artigo 134 *I –*	*ordenação da expansão urbana e acesso de*

	todos a propriedade e moradia;
IV –	*prevenção e correção das distorções do crescimento urbano e da valorização da propriedade.*
V –	*adequação do direito de construir com normas urbanísticas que incentivem o patrimônio cultural e turístico;*
	Inserir:
VI –	*proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico.*
	controle do uso do solo, evitando:
VI –	*Parcelamento do solo e edificação vertical excessivos, em relação aos equipamentos urbanos e comunitários;*
a-	*Ociosidade, subutilização e inutilização do solo urbano edificável;*
	Uso irregular, incompatível ou inconveniente;
b-	
c-	
	REVOGAR Parágrafo 1°. do artigo 138
	REVOGAR ARTIGO 139 E PARTÁGRAFO ÚNICO, POR manifesta inconstitucionalidade e ilegalidade, já que é poder inerente do Chefe do Executivo desapropriar e indenizar segundo determina a lei Federal, não sendo passível de desapropriação somente propriedade produtiva para fins de reforma agrária.
	Revogar o Artigo 143 – por má técnica de redação não fazendo sentido.
Artigo 144 –	*O Código de Postura do Município, disporá sobre as regras de conduta do município, bem ainda os horários de silêncio na área urbana, bem como as sanções administrativas, resguardado as zonas especiais exclusivamente industriais e comerciais, que poderão ter horários diferenciados.*
	Revogar 145, e parágrafo Único
Art. 151 –	*O Código de Meio Ambiente, disporá sobre a proteção ambiental na área do Município e estabelecerá suas sanções.*
	Artigo 152 – REVOGAR – matéria do código de meio ambiente.

Artigo 157 –	**A lei específica estabelecerá regras para a concessão de incentivos das atividades econômicas no Município , retabelecendo programa de trabalho para o setor.**
CAPÍTULO IV – Da Política agrícola -	**alterada para Política Rural dando uma visão mais atual e abrangente para o setor. Estabelecidas diretrizes buscando adequação ao princípio constitucional da impessoalidade.**
	Revogar arts. 163 a 168.

OBS: Artigo 116 – alterar de acordo com emenda LOM n. 13/01EXCLUIR DESSE TEXTO

gestão
consultoria empresarial

Campinas, 17 de janeiro de 2007.

À
Câmara Municipal de Holambra

Exmo. Sr. Presidente

Encaminhamos Projeto de Emenda de Revisão à Lei Orgânica do Município, com o Quadro Explicativo.

Este material está sendo entregue impresso e também em arquivo magnético.

Segue também a Nota Fiscal de serviços para empenho e pagamento.

Atenciosamente,

Miriam Santini
Sócia Gerente

05.064.505/0001-33
GESTÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Rua: Barão de Paranapanema, 146 Cj. 53-A
Bosque CEP: 13026-900
Campinas - SP

gestão
consultoria empresarial

PROJETO DE EMENDA DE REVISÃO
LEI ORGÂNICA - HOLAMBRA

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 –
Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

AGRADECEMOS A PRESENÇA DOS SENHORES:

- ✓ **RENATO LIBANORI** – Diretor de Esportes
- OK ✓ **GILBERTO GUILHERME JOSÉ WIGMAM**- Diretor/Presidente do Clube Holambra.
- OK ✓ **TOMAS EYSINK**- Técnico do Team-Penning- Tubantia
- ✓ **CRISTIANO JOSÉ CECON**- Técnico Jiu Jitsu e ..... Diretor do COC pelo patrocínio.
- OK ✓ **PEDRO FIRMINO** – Técnico Muay Thay
- OK ✓ **PATRICK DE BLOCK** – Técnico Equipe de Corrida Interpraias

Boa noite a todos!

É com muita satisfação e alegria que hoje a Câmara Municipal de Vereadores de Holambra recebe a presença de jovens atletas holambrenses que tão bem têm representado nosso município em competições esportivas de elevado nível técnico realizadas em outras cidades da região e do estado.

Entre as inúmeras obrigações e atribuições de um Poder Legislativo Local estão a elaboração de projetos, aprovação de leis e o acompanhamento de todo o trabalho do executivo municipal, tendo sempre a busca e a preservação do interesse público como objetivo maior.

Porém, acredito ser nosso dever também reconhecer e louvar o desempenho de nossos cidadãos que se destacam nos mais diferentes segmentos e, conseqüentemente, elevam o nome de nossa cidade além de nossas fronteiras, enchendo-nos de orgulho com suas vitórias, sempre construídas com grande dedicação e disciplina aos treinos.

Num momento em que a sociedade brasileira sofre muito com o rumo que a vida de milhões de crianças, adolescentes e jovens toma em direção à criminalidade, é muito gratificante perceber que temos em nossa pequena cidade exemplos muito bem sucedidos de trabalhos que valorizam a prática esportiva e utilizam o esporte como um importante instrumento de inclusão e integração social.

Parabéns a todos vocês, atletas, treinadores e incentivadores. Suas vitórias revelam também que a estância turística de Holambra é uma cidade saudável e repleta de talentos.

Muito obrigado!

PROJETO DE EMENDA DE REVISÃO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

"Procede à revisão do texto da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, na forma prevista por seu art. 10 do Ato das Disposições Transitórias".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra no uso de suas prerrogativas legais e nos termos regimentais, APROVA e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda de Revisão à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. O *caput* do art. 4º, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º. São objetivos fundamentais do Município além daqueles previstos na Constituição do Estado, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem comum a todos os munícipes e erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, assegurando a todos o direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à segurança, e a assistência social na forma desta Lei Orgânica.

Art. 2º. O art. 5º, da Lei Orgânica Municipal, passa a viger com os seguintes parágrafos:

§1º. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos por:

I – 1//2 (metade) dos representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação;
II – 1/2 (metade) dos representantes da sociedade civil organizada, entre eles usuários dos serviços públicos, quando o caso, e profissionais na área objeto de atuação, residentes, preferencialmente, no Município.

§2º. Os órgãos de que trata o presente artigo poderão ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global.

Art. 3º. Os incisos I, III, IV, V, VI, X, XI, XVII, XIX, XXI, XXIII, as alíneas *f* e *g* do inciso XV, e o *caput*, do art.10, da Lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

Art. 10. Compete ao Município no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – incentivar e implementar projetos para o desenvolvimento turístico da cidade;

III – elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentária, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias ficais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate à evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.

IV – dispor sobre sua organização administrativa, utilização e alienação dos bens públicos, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial.

V – planejar o uso e ocupação do solo em seu território, suplementando no que couber a legislação federal e estadual, estabelecer normas de edificação e zoneamento urbano e dispor sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

VI – conceder, renovar licenças, bem como fazer cessar, no exercício de pode de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, meio ambiente, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade;

X – regulamentar e fiscalizar o uso da vias rurais e promover sua conservação e limpeza;

XI – prestar assistência médico e social aos munícipes, mediante seus próprios serviços ou em cooperação com o governo federal, estadual e entidades privadas;

XV – promover os seguintes serviços:

f - funerários e de cemitérios;
g - creches

XVII – aceitar legados e doações;

XIX – regulamentar e dispor no que couber o meio ambiente sua fiscalização e controle;

XXI – dispor sobre licitações e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União;

XXIII – dispor sobre o regime jurídico, cargos e salários de seus servidores e organizar seu plano de carreira;

Art. 4º. Fica alterado o inciso VII, do art. 11, da Lei Orgânica do Municipal que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 11. Omissis.

VIII – fomentar as atividades agropecuárias, organizar o abastecimento alimentar e estimular o aproveitamento social da terra;

Art. 5º. Os incisos IV, VII, IX, XIV, XVI, XVII e XIX, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Omissis.

IV – autorizar a obtenção e concessão de empréstimos

VII autorizar a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis e sua aquisição, salvo quando este se tratar de doação sem encargos;

XIV - dar e alterar a denominação a próprio e logradouros púbicos municipais;

XVI – dispor sobre o regime jurídico de seus servidores e organização dos serviços municipais;

XVII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções pública e fixação de respectivos vencimentos, observada a legislação orçamentária e os limites impostos na Constituição Federal.

XIX – autorizar a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta por plebiscito.

Art. 6º. Os incisos I, II, III, IV, X, XV, XVII. XVIII, XIX, XX, XXI, XII, XIII, XIV, e a alínea *d*, do inciso VI, do art. 16 da Lei Orgânica Municipal, passam a integrar e vigorar com a seguinte redação:

I – eleger sua Mesa ou destituí-la;
II – elaborar seu Regimento Interno, o qual disporá sobre sua organização político administrativa, provimento de cargos de seus servidores e todo e qualquer assunto de sua administração interna.
III – organizar seus serviços administrativos internos e criar ou extinguir cargos;
IV – autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;
VI – Omissis:
d – As contas de que trata esse inciso, deverão ficar por 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.
X – convocar, por maioria de seus membros, os Secretários Municipais ou Diretor equivalente, bem como, dirigentes da administração indireta do Município para prestar esclarecimentos, aprazando dia e horários para comparecimento;
XV – requerer a intervenção do Estado no Município nos casos previstos na Constituição Federal;
XIX – sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;
XX – autorizar referendo e convocar plebiscito;
XXI – solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;
XXII – apreciar os vetos;
XXIII – deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;
XXIV – autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

Art. 7º. Fica alterado o *caput* do art. 18 da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. Ao vereador compete respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual e a Leis Municipais e ainda o seguinte:

Art. 8º. A alínea *b*, do art. 19, da Lei Orgânica Municipal, para a viger com a seguinte redação:

b - ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;

Art. 9º. O inciso VII, do art. 21, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

VII – por falecimento ou renúncia expressa;

Art. 10. Fica inserido o seguinte Parágrafo único, ao art. 20, da Lei Orgânica Municipal:

Parágrafo único. Além das vedações, condutas e sanções previstas neste artigo a Câmara Municipal estabelecerá ainda outras a serem editadas e disciplinadas através de Código de Ética a ser editado por resolução da Câmara Municipal.

Art. 11. O art. 22, da Lei Orgânica Municipal, seus incisos e §§, passam a ter a seguinte redação:

Art. 22. O processo de cassação de mandato de vereadores, por infração político administrativa, será definido no Regimento Interno da Câmara Municipal e obedecerá aos seguintes princípios:

I – contraditório e ampla defesa, publicidade, e motivação da decisão;
II – Iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída na forma da CF;
III – recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
IV – votação individual e secreta;
V – conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias a contar do recebimento da denúncia.

§ 1º. O processo de cassação por infração político administrativa não impede a apuração de contravenção penal, de crime comum e de responsabilidade.

§2º. O arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.

§3º. O vereador poderá ser afastado pela Câmara Municipal, com prejuízo da remuneração, quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros ou quando da apuração de crime comum ou ato de improbidade administrativa, recebida pelo Poder judiciário, perdurando o afastamento até o transito em julgado da sentença;

Art. 12. O §3º, do art. 23, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 23. Omissis.

§3º. Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença, o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso, vedado o pagamento do subsídio no período de afastamento.

Art. 13. Os parágrafos do art. 31 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º As sessões da Câmara Municipal serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o Regimento Interno.

§3º As sessões ordinárias terão calendário próprio fixado pela Mesa da Câmara, para cada período.

§4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Presidente, em caso de decretação de calamidade pública ou de intervenção federal ou estadual e para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta da Câmara.

§5º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§6º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento.

Art. 14. O art. 37, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. As representações partidárias ou blocos parlamentares que participam da Câmara terão entre seus vereadores, líder e vice-líder, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, garantida a representação nas comissões permanentes e temporárias quando couber.

Art. 15. Revoga a alínea "g" do parágrafo único, do art. 41, da Lei Orgânica Municipal, passando as alíneas e e *f* a ter a seguinte redação:

e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;

f – instituidora ou regulamentadora da Guarda Municipal;

Art. 16. O Art. 47, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. Os Projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa e de natureza externa, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Terão discussão e votação únicas os Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo.

Art. 17. Fica acrescentado ao art. 52, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. O Poder Executivo no uso de suas atribuições poderá valer-se de órgãos consultivos e deliberativos para assessoramento do planejamento municipal nos termos do que dispõe essa Lei Orgânica.

Art. 18. O art. 54, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com os seguintes §§:

Art. 54. Omissis.

§ 1º. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou vice-prefeito, não tiverem assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º. O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 19. Os incisos VI, XVI e XXXV, do art. 62, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. Omissis.

VI – instituir servidões administrativas, expedir decretos, portarias e outros atos administrativos.

XVI – prover os serviços e obras da administração pública e fixar os preços dos serviços públicos;

XXXV – celebrar convênios e consórcios com prévia autorização legislativa.

Art. 20. O art. 68, seus incisos e §§, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. Ocorre perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação, extinguindo-se o mandato do prefeito, assim declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

I – ocorrer o falecimento;
II ocorrer a renúncia expressa ao mandato;
III – ocorrer condenação criminal transitada em julgado;
IV – incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar ate a posse e nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;

V – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista;

§ 1º. O Prefeito e o Vice Prefeito, sob pena de perda do mandato, não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) *Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;*
b) *Patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;*
c) *Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.*

II – desde a posse:

a) *Exercer cargo, função ou emprego público em qualquer das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;*

b) *Participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;*
c) *Exercer outro mandato público eletivo;*

Art. 21. O §1º, do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 69. Omissis.

§ 1º. O subsídio do Prefeito, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional, será o teto para a remuneração dos servidores do Município, não podendo ser ultrapassado em hipótese alguma, vedado ainda qualquer vinculação.

Art. 22. O art. 74, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 74. Somente por lei complementar específica, que deverá definir as áreas de sua atuação, poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, no âmbito municipal.

Parágrafo único. Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Art. 23. O *caput*, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 75. A administração Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal integrados por representantes do poder público e sociedade civil organizada, obedecido ao princípio da paridade, com atribuições e composições definidas em lei e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:

Art. 24. O art. 77, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 77. As pessoas jurídicas ou físicas em débito com o sistema de seguridade social, FGTS e com a Fazenda Pública Municipal, não poderão contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber qualquer benefício ou incentivos fiscais ou creditícios.

Art. 25. O §1º e o *caput*, do art. 80, da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

Art. 80. A publicação das leis e atos municipais obedecerá ao disposto no §1º do art. 37 da carta constitucional e far-se-á em órgão da imprensa local e na falta deste em órgão de imprensa regional de circulação no Município, bem ainda por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§1º. A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á por licitação a qual se levará em conta não só as condições de preços como as circunstâncias de freqüência, tiragem e distribuição.

Art. 26. Fica acrescido o seguinte §6º, ao art. 80, da Lei Orgânica Municipal:

§6º. O Município preferencialmente contará com órgão de imprensa oficial próprio a ser instituído por lei especifica.

Art. 27. O art. 81, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 81. O Prefeito publicará e afixará na sede da Prefeitura, encaminhando à Câmara:

Art. 28. O §2º do art. 82, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§2º. Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fixas, ou outro sistema, convenientemente autenticados, podendo ser realizado por meio magnético ou afim.

Art. 29. O §3º do art. 83, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§3º. As certidões relativas ao poder Executivo poderão ser fornecidas pelo Secretário, diretor equivalente ou Chefe de Setor com competência para tanto, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara, ou pela Primeira Secretaria.

Art. 30. O §1º do art. 91, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. A licitação poderá ser dispensada nas hipóteses previstas no artigo 17, I, letras "a" a "f" da Lei 8666/93 e suas alterações.

Art. 31. Os §§ 2º e 4º e o *caput*, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantidos em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

§2º. A permissão será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.

§4°. Quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, órgãos ou entidades públicas da administração direta ou indireta das esferas estadual ou federal, entidades assistenciais, lei específica estabelecerá a concessão que poderá ser procedida a título gratuito e dispensada a licitação, desde que presente uma das hipóteses previstas pelo art. 24, da Lei Ordinária 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 32. O §1º, do art. 99, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§1º. O Município obedecerá às normas gerais de licitação e contratos editadas pela União e as específicas constantes da Lei Estadual, podendo regulamentar no que couber as matérias de interesse local.

Art. 33. O §2º e o *caput*, do art. 106, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 106. A lei municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores públicos municiais, e instituirá Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, observado o disposto na Constituição Federal.

§2º. – Aplica-se aos servidores municipais, ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, e XXX, da Constituição Federal,

podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Art. 34. Fica alterado, *in totum*, o art. 107, da Lei Orgânica Municipal que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 107 – Os servidores públicos ocupantes de cargo, emprego ou funções públicas, obedecerão ao disposto artigo 37, incisos I a XVIII da Constituição Federal.

Parágrafo 1º. A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada por subsídio, na forma que preceitua o § 4º, do artigo 39 da CF.

Parágrafo 2º. O Município disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 35. O art. 108, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 108. Ao servidor público municipal da administração direta autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se o disposto no artigo 38 e incisos da Constituição Federal.

Art. 36. Fica alterado, *in totum*, o art. 109, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 109. Aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e ao disposto na Constituição Federal.

§ 1º. – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados e calculados os seus proventos na forma da lei, atendidos os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

§ 2º. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Art. 37. Fica acrescido ao art. 112, da Lei Orgânica Municipal o seguinte inciso V:

V – contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, I e III da Constituição Federal.

Art. 38. Fica acrescida ao art. 113, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte alínea *c:*

c – antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

Art. 39. Fica alterada a redação do inciso V, do art. 113, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Art. 40. O Parágrafo único do art. 116, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. Excetuam-se do acima disposto as alterações que visem à adaptação do sistema referido a Leis superiores que entrarem em vigor após 30 de novembro de cada ano.

Art. 41. Os §§1º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 117, passam a vigorar com a seguinte redação:

§1º. O imposto previsto no inciso I, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, poderá:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;
II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§4º. A progressividade referida no Parágrafo 1º o será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor.

§5º. A progressividade será precedida de parcelamento ou edificações compulsórios.

§6º. A Lei Municipal estabelecerá critérios objetivos para edição e atualização da Planta Genérica de valores imóveis devendo esta revisão ocorrer a cada dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I do artigo.

§7º. – Ao imposto previsto no inciso IV, caberá a Lei Complementar:

I – fixar suas alíquotas máximas e mínimas;

II – regular as formas e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos;

III – excluir de sua incidência exportação de serviços para o exterior.

Art. 42. O *caput* do art. 124, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 124. Leis de iniciativa do Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes na Constituição Federal:

Art. 43. Fica acrescido ao art. 124, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte §6º:

Parágrafo 6º. – Os orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor terão entre suas funções a redução de desigualdades entre os Distritos ou localidades do Município segundo critérios populacionais.

Art. 44. O art. 125, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter o seguinte parágrafo único:

Artigo 125 – Omissis.

Parágrafo Único – Os projetos de emenda serão apresentados na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e serão apreciadas na forma regimental pelo plenário da Câmara Municipal.

Art. 45. Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o seguinte art 131-A:

Art. 131a. O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 46. O *caput*, do art. 132, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 132. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, assegurando:

Art. 47. Ficam acrescidos os seguintes §§ ao art. 133, da Lei Orgânica Municipal:

§1º. A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I. Instrumentos de planejamento:
a) Plano Plurianual;
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
c) Lei de Orçamento Anual;
d) Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Macrozona Urbana;
e) Lei de edificações;
f) Planos de desenvolvimento econômico e social;
g) Planos, programas e projetos setoriais;
h) Programas e projetos especiais de urbanização;
i) Instituição de unidades de conservação;
j) Zoneamento Ambiental.

II. Instrumentos jurídicos e urbanísticos:
a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
b) IPTU Progressivo no Tempo;
c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
d) Zonas Especiais de interesse social;
e) Outorga Onerosa do Direito de Construir;
f) Transferência do Direito de Construir;
g) Operações Urbanas Consorciadas;
h) Consórcio Imobiliário;
i) Direito de Preferência;
j) Direito de Superfície;
k) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);
l) Licenciamento Ambiental;
m) Tombamento;
n) Desapropriação;
o) Compensação ambiental.
p)
III. Instrumentos de regularização fundiária:
a) Concessão de direito real de uso;
b) Concessão de uso especial para fins de moradia;
c) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião.

IV. Instrumentos tributários e financeiros:

a) Tributos municipais diversos;
b) Taxas e tarifas públicas específicas;
c) Contribuição de Melhoria;
d) Incentivos e benefícios fiscais;

V. Instrumentos jurídico-administrativos:
a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta;
g) Dação de imóveis em pagamento da dívida

VI. Instrumentos de democratização da gestão urbana:
a) Conselhos municipais;
b) Fundos municipais;
c) Gestão orçamentária participativa;
d) Audiências e consultas públicas;
e) Conferências municipais;
f) Iniciativa popular de projetos de lei;
g) Referendo Popular e Plebiscito;

§2.° Os instrumentos elencados no presente artigo, deverão ser abordados pelo Plano Diretor e legislação regulamentadora, para seu devido disciplinamento.

Art. 48. Os incisos I, IV e V, do art. 134, da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

I – ordenação da expansão urbana e acesso de todos a propriedade e moradia;

IV – prevenção e correção das distorções do crescimento urbano e da valorização da propriedade.

V – adequação do direito de construir com normas urbanísticas que incentivem o patrimônio cultural e turístico;

Art. 49. Ficam acrescidos os seguintes incisos ao art. 134, da Lei Orgânica Municipal:

VI – proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico.

VI – controle do uso do solo, evitando:

a) Parcelamento do solo e edificação vertical excessivos, em relação aos equipamentos urbanos e comunitários;
b) Ociosidade, subutilização e inutilização do solo urbano edificável;
c) Uso irregular, incompatível ou inconveniente;

Art. 50. O art. 157, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 157. Lei específica estabelecerá regras para a concessão de incentivos ao desenvolvimento das atividades econômicas no Município, estabelecendo programa de trabalho para o setor.

Art. 51. O Capítulo IV, do Título V, da Ordem Econômica, passa a ser denominado, Da Política de Desenvolvimento Rural, passando a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO IV
Da Política de Desenvolvimento Rural

Art. 158. Cabe ao Município:

I - Apoiar a produção agropecuária, através de:
- *a) promoção de assistência técnica;*
- *b) instalação de estação municipal de fomento;*
- *c) implantação do serviço municipal de máquinas agrícolas;*
- *d) criação de bolsa municipal de arrendamento de terras;*

II - Apoiar a circulação da produção agropecuária através de:
- *a) estímulo à criação de canais alternativos de comercialização;*
- *b) construção e manutenção de estradas vicinais;*
- *c) adoção e manutenção de um Plano Viário Rural.*

III - Promover a melhoria das condições do homem do campo, através de:
- *a) manutenção de equipamentos sociais na zona rural;*
- *b) garantia e fiscalização dos serviços de transporte irregular dos trabalhadores rurais;*
- *c) formação de agentes rurais de saúde;*
- *d) estímulo à formação e manutenção de um conselho agropecuário municipal, através de legislação específica;*
- *e) implantação e manutenção de Sistema de Eletrificação e Telefonia Rural;*
- *f) implantação e manutenção de sistema de armazéns e silos.*

IV - Incentivar o associativismo e cooperativismo.

V - Participar do estabelecimento de zoneamento agropecuário que oriente o desenvolvimento de programas regionais de produção e comercialização.

Art. 159. O plano diretor de desenvolvimento rural integrado deverá conter:

I - diagnóstico da realidade rural do município, soluções e diretrizes para o desenvolvimento setor primário;

II - fontes de recursos orçamentários para financiar as ações propostas e participação dos segmentos envolvidos na produção agropecuária local, na sua concepção e implantação.

Art. 160. A política rural deverá buscar os seguintes objetivos:

I - explorar as potencialidades da região na produção de flores, alimentos, matérias-primas e produtos energéticos, que atendam prioritariamente às necessidades regionais;

II - fazer cumprir a função social da propriedade rural.

Art. 161. O poder público municipal para preservação do meio ambiente manterá mecanismos de controle e fiscalização:

I - do uso de produtos agrotóxicos, dos resíduos industriais e agro-industriais lançados nos rios e córregos localizados no território do município;

II - do uso do solo rural no interesse do combate à erosão e na defesa de sua conservação, especialmente:

a) do escoamento da águas pluviais e de irrigação;
b) das ações de impermeabilização do solo.

Parágrafo único. As ações de impermeabilização do solo serão objeto de lei específica que estabelecerá um Plano Municipal de Permeabilidade do Solo.

Art. 162. Fica instituído direito de servidão administrativa ao município, em dois metros para cada margem das estradas municipais, além do leito carroçável, o qual não poderá ser nunca inferior a sete metros de largura.

Art. 52. Os §§1º e 2º do art. 169, da lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

§1º. O Município providenciará, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa e recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, respeitando sempre o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

§2º. Para alcançar os objetivos estabelecidos neste artigo, deve ser mantido o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) que estabelecerá uma política de defesa do meio ambiente, que elabore o planejamento e o zoneamento ambientais, sendo garantida a participação de entidades de classe, de moradores, de tecnologias e de órgãos governamentais.

Art. 53. fica modificado o art. 173, da Lei Orgânica Municipal, que passa a contar com os §§1º a 4º tendo a seguinte redação:

Art. 173. As empresas privadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, deverão atender rigorosamente às normas de proteção ambiental, sendo vedada a renovação do alvará de funcionamento, da permissão ou concessão nos casos de infrações graves ou nas suas reincidências.

Art. 54. O art. 176, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 176. O Município poderá implementará e estimulará a criação e manutenção de unidades públicas e privadas de conservação e preservação ambiental, bem como, projetos que possibilitem a redução de emissões de gases estufa denominados de Projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), nos termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

Art. 55. Ficam acrescidos ao art. 182, da Lei Orgânica Municipal, os seguintes incisos XXI e XXII:

XXI – instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelecendo normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos;

XXII – criar o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

s) art. 151 e 152;
t) art. 163 a art.168;

Art. 63. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

BOA NOITE, POVO PRESENTE ATLETAS IMPRENSA,

Conforme aprovação da moção pelos nobres vereadores desta Casa de Leis, faremos agora a entrega dos Diplomas de moções aos atletas, valorizando suas conquistas acumuladas durante este ano e que com esta magnífica apresentação só engrandecem e divulgam o nome de nossa Estância Turística.Também não podemos esquecer de agradecer todos os técnicos que com dedicação e firmeza colaboraram e muito para o sucesso dessa equipe de vencedores.

Faço a chamada do Senhor Vereador para a entrega do Diploma ao Atleta.....

Agradeço a todos mais uma vez e meus parabéns AOS ATLETAS E TECNICOS.

Boa Noite.

GissOnline



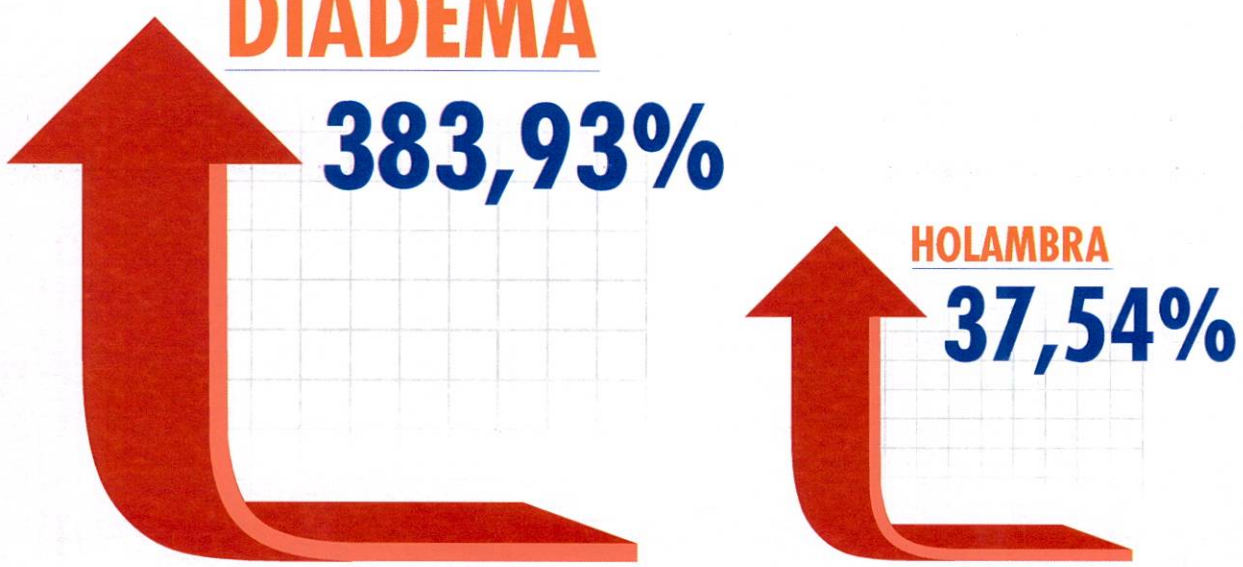
Exmo. Presidente da Câmara de Vereadores
Dr. Wilson Barbosa

VOCÊ SABIA ?

COMPARATIVO ECONÔMICO

www.gissonline.com.br

QUE ESTE COMPARATIVO ECONÔMICO LHE MOSTRA A REALIDADE SOBRE O **CRESCIMENTO DO ISS DE HOLAMBRA?**



FONTE: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

A Revolução na arrecadação do seu ISS começa aqui

VOCÊ SABIA?

QUE A **GissOnline** É A ÚNICA FERRAMENTA QUE REALMENTE **AUMENTA A ARRECADAÇÃO DO SEU MUNICÍPIO**?

VOCÊ SABIA?

QUE A **ARRECADAÇÃO DE HOLAMBRA** ENTRE 2002 E 2005 **CRESCEU 37,54%**, ENQUANTO O MUNICÍPIO DE **DIADEMA CRESCEU 383,93%E QUE EM 2006 JÁ ATINGIU 412,74%**?

VOCÊ SABIA?

QUE A ARRECADAÇÃO DE ISS PER-CAPITA DE **BERTIOGA CRESCEU 202,45%** DE 2002 A 2005, ENQUANTO NESSE MESMO PERÍODO **HOLAMBRA CRESCEU APENAS 37,54%**?

COMPARATIVO ECONÔMICO

VOCÊ SABIA?

QUE A ARRECADAÇÃO PER-CAPITA DE ISS DO MUNICÍPIO DE
MORRO AGUDO CRESCEU 238,87%
ENTRE 2002 E 2005, SENDO QUE ESSE CRESCIMENTO
ULTRAPASSOU OS LIMITES DO CRESCIMENTO
DE HOLAMBRA NO MESMO PERÍODO?

VOCÊ SABIA?

QUE OS MUNICÍPIOS DE
DIADEMA, BERTIOGA E MORRO AGUDO
POSSUEM A GissOnline?

EXMO. PRESIDENTE,

SE O SENHOR REALMENTE QUER ELEVAR A ARRECADAÇÃO DE ISS DO SEU MUNICÍPIO COM TOTAL SEGURANÇA E CONFIABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O SENHOR PRECISA DA GISSONLINE.

FONTE: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - www.tce.sp.gov.br
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.com.br

A GISSONLINE é uma Ferramenta de Escrituração Eletrônica com Controle e Gestão Completa do I.S.S.Q.N, além de possuir diversos facilitadores de escrituração, através da Internet ou ainda pelos Módulos OffLine e Remessa. Com a GiSS OnLine, o Município introduz controles de Retenção na Fonte (por Substituição Tributária), evitando assim a perda de arrecadação e, ao mesmo tempo, orientando as empresas a procederem, de forma correta, a sua escrituração e, conseqüentemente, a Declaração do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (I.S.S.Q.N.).

É a única ferramenta que, quando da sua implantação, já disponibiliza de forma individualizada a escrituração para cada empresa do seu município, conforme a sua legislação, respeitando o sigilo da Informação.

www.gissonline.com.br

GissOnline

Impessoalidade, Transparência e Respeito fazem um Brasil Melhor

Atendimento ao Cliente

(11) 2175-1111

www.gissonline.com.br

Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha - São Paulo - SP - CEP 04298-040

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA

São Paulo, 16 de maio de 2007.

Ao
Sr. Wilson Barbosa
Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

Estimado Senhor:

Ref.: Estágio nas Câmaras – Um investimento produtivo

Há mais de quatro décadas, o CIEE se faz presente em mais de 250 unidades espalhadas pelo Brasil, objetivando a inserção de pessoas ao mercado de trabalho.

Cumpre-nos dizer ser o CIEE uma associação filantrópica de assistência social, de utilidade pública, credenciada pelo CNAS, cujas ações são de caráter educativo, cultural, técnico e científico que se desenvolvem em apoio às instituições educacionais e empresariais, particulares e públicas.

Asseverando a manutenção de diversos projetos de Natureza social*, dentre eles:

- *Programas gratuitos de alfabetização de adultos;*
- *Oficinas de capacitação;*
- *Orientação e informação profissional;*
- *Apoio aos portadores de deficiência;*
- *Campanha de prevenção contra o uso de drogas nas escolas*

E oferecendo diferenciais para manter a agilidade, comodidade e segurança:

- *Relacionamento com as Instituições de Ensino*
- *Banco de dados de Estudantes, trainee e de jovens aprendizes*
- *Sistemas de comunicação on-line com os estagiários e com as empresas*
- *Seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Assistência ao Estagiário*
- *Avaliação contínua do desempenho do estagiário*
- *Acompanhamento da vigência dos contratos e elaboração dos termos aditivos.*
- *Portal na Internet com serviços disponibilizados à empresa, estudante / estagiário e instituições de ensino.*

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA

Servimo-nos da presente para abrir espaço e apresentar-lhes uma proposta que, a partir da implantação de programas de estágio de estudantes, permita à Câmara, não só contar com novos colaboradores, dinamizando os serviços públicos, mas, também, com uma efetiva contribuição de aprimoramento da formação dos futuros profissionais da comunidade.

Exemplos de sucesso, já podem ser observados, com a implantação do Programa de estágios nas Prefeituras dos municípios de: Araraquara / SP, Campinas / SP, Itanhaém / SP, Ribeirão Preto / SP, São José dos Campos / SP e São José do Rio Preto /SP entre outros.

Em breve, nossos representantes regionais manterão contato com vosso gabinete, visando o agendamento de visita com Vossa Senhoria, ou com quem for designado, objetivando promover maiores esclarecimentos sobre os programas de estágios para estudantes e a contratação de menores aprendizes através do CIEE.

Admiradores, subscrevemo-nos.

Cordialmente,

Luiz Gustavo Coppola
Superintendente de Atendimento do Interior Paulista

* Alguns programas são desenvolvidos apenas na sede do CIEE em São Paulo.

VDR bandeiras

fonefax 14 3433-2675 vdrbandeira@ig.com.br

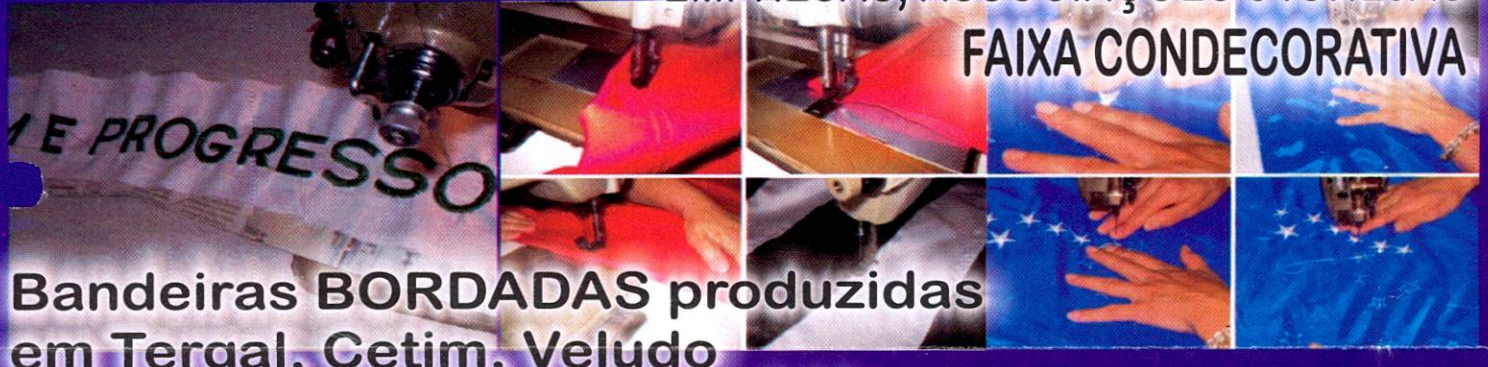


BANDEIRA, MASTRO, BASE
ROSÁCEA, TALABARTE, ESTANDARTE
BANDEIRA de MESA e FLÂMULA

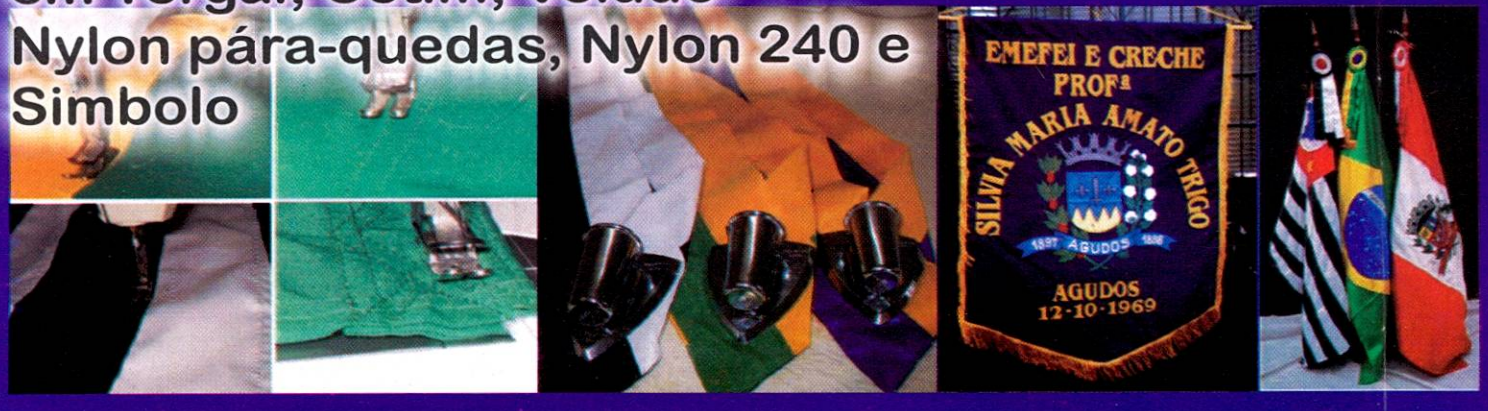
HASTEAMENTO, CÂMARA, GABINETE
DESFILE CÍVICO, TORCEDOR
ENTRADA da CIDADE



BANDEIRAS do BRASIL, ESTADOS, MUNICÍPIOS
EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES e IGREJAS
FAIXA CONDECORATIVA



Bandeiras BORDADAS produzidas
em Tergal, Cetim, Veludo
Nylon pára-quedas, Nylon 240 e
Simbolo



ORÇAMENTO
Fonefax 14 3433-2675

VDR bandeiras
Fonefax 14 3433-2675 vdrbandeira@ig.com.br / vdr@flash.tv.br
R. BORBA GATO nº 327 Marília SP cep 17.506-290

Carla - Camara Holambra

De: "lisse bertolini" <lisse@areaconsultoria.com.br>
Para: <carla@camaraholambra.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 24 de maio de 2007 16:57
Assunto: Comunicação.

Câmara Municipal de Holambra.

At. Ilmo Sr. Wilson Barbosa – Presidente da Câmara
e Sra. Andreia – Diretora Geral.

Referência: Reunião de 23 de maio de 2007.

Agradecemos a gentil atenção de V.Sas na ocasião de nossa visita a Câmara, informando que o material está sendo elaborado conforme as informações apresentadas.

Nossa proposta de intenções visa propor soluções para diversos setores da administração Pública, priorizando a padronização de atendimento com temas que possam evidenciar e potencializar ainda mais os conceitos administrativos desta conceituada cidade.

Atenciosamente,

Maria Lisse Bertolini
Consultora Empresarial

ps. aguardo informação do Email direto do Presidente e da Diretora.

Camara Holambra

De: "anamup" <anamup@anamup.org.br>
Para: <presidencia@camaraluminio.sp.gov.br>; <secretaria@camaraamparo.sp.gov.br>; <imprensa@camara-araras.sp.gov.br>; <joseroberto@camara-araras.sp.gov.br>; <cmdcsp@uol.com.br>; <presidencia@camaracampinas.sp.gov.br>; <vereadores@camaracampolimpo.sp.gov.br>; <camaraguaira@netsite.com.br>; <camaraholambra@camaraholambra.com.br>; <edithalves@hotmail.com>; <secretaria@legislativoiracemapolis.sp.gov.br>; <erikcarbonari@camaraitatiba.sp.gov.br>; <ditoroque@hotmail.com>; <camarait@zaz.com.br>; <andream@camarajundiai.sp.gov.br>; <presidente@camaralimeira.sp.gov.br>; <cml@camaralouveira.sp.gov.br>; <cmmguacu@dglnet.com.br>; <nelson.acomarca@gmail.com>; <camaramm@interall.com.br>; <imprensa@camaranovaodessa.sp.gov.br>; <cmo@orlatec.com.br>; <presidencia@camarapedreira.sp.gov.br>; <camarapradopi@compubox.com.br>; <wandeirsilva@camararibeiraopreto.sp.gov.br>; <camara.salto@uol.com.br>; <camarasalto@camarasalto.sp.gov.br>; <camarasg@santagertrudes.sp.gov.br>; <camarasg@terra.com.br>; <ccastros@ig.com.br>; <secretaria-presidencia@camarasorocaba.sp.gov.br>; <vereadormedeiros@sumare.sp.gov.br>; <camara53@ittelefonica.com.br>; <cmv@camaravinhedo.sp.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 25 de maio de 2007 17:20
Assunto: Reinterando convite - Reunião regional de Indaiatuba

ANAMUP
Associação Nacional dos Municípios Produtores

Ao Ilustríssimo Senhor,
Presidente da Câmara Municipal

A Associação Nacional dos Municípios Produtores – ANAMUP em parceria com o Município de Indaiatuba-SP, convida para um encontro regional a realizar-se no próximo dia 30 de maio, das 09h às 12h, no auditório da Fundação Indaiatuba de Educação e Cultura – FIEC. Buscando a união e o fortalecimento do municipalismo, o objetivo do encontro é o de apresentar-lhe as conquistas em prol do seu município no que tange à reforma tributária e o que ainda pode ser feito com a unificação de ações e a sensibilização de todos em torno de metas.

É fundamental a sua participação para que possamos defender os interesses do seu município junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, frente às mudanças na arrecadação tributária que poderão advir.

PAUTA:

- *Reforma Tributária*
  - ***Defesa a favor dos municípios produtivos para evitar perda na arrecadação***
- *Ações no Congresso Nacional*
- *Orçamento Geral da União*
- *Convênios entre os municípios e o Governo Federal*
- *Portal Institucional da ANAMUP*
- *Novos horizontes para empresas brasileiras – investimentos e/ou exportação* 28/5/2007

- *Outros assuntos de interesse dos municípios*

ENDEREÇO:
Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nº 3.405 – Jardim Regina – Indaiatuba (SP) – Cep. 13.349-003
Contatos: (19) 3801.8688/ 3801.8682 – Márcia/ 3801.8681 – Miriam
E-mail: mrccastilho@fiec.com.br / fiec@fiec.com.br
Contamos com a sua presença!
Atenciosamente,

Clermont Silveira Castor
Presidente da ANAMUP
Prefeito de Cubatão – SP

José Onério da Silva
Prefeito de Indaiatuba - SP

SAS – Setor de Autarquias Sul Quadra 05 Lote 5 A Bloco " F " Térreo Brasília – DF 70.070-910
Telefone: (61) 3224-4747 / 3223-6823-Fax: (61) 3225-7866 e-mail: anamup@anamup.org.br

GissOnline

Rua Ostenda, 79 – Vila Vermelha
Tel: 11 2175-1111
www.gissonline.com.br

À
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES
DR. WILSON BARBOSA

Encaminhamos para sua apreciação, documentos que elucidarão a apresentação de metodologia que foi desenvolvida de forma única e exclusiva, no que se refere à estrutura tecnológica, capaz de garantir às administrações públicas o controle necessário, não só para arrecadar com precisão e justiça, mas para proporcionar ao Executivo Municipal a capacidade de promover Desenvolvimento Econômico, através do estabelecimento de perfil econômico do Município, que somente é possível mediante o uso deste tipo de metodologia que apresentamos nessa oportunidade.

Assim, estamos entregando material exclusivo personalizado, contendo:

- Folder´s apresentando comparativo de crescimento desse Município com alguns clientes que utilizam a GissOnline;

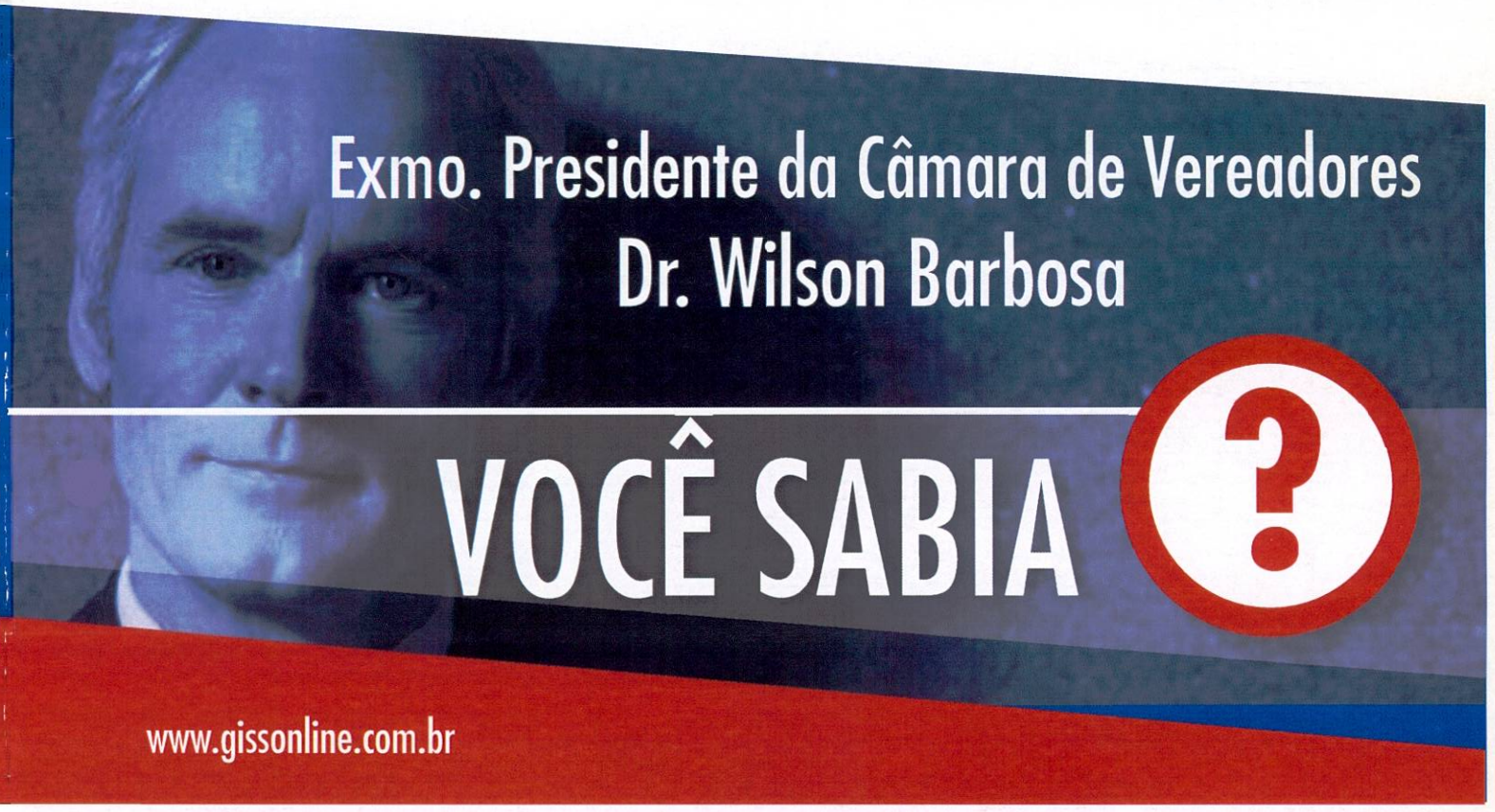
Na certeza de estarmos, desde já, prestando o melhor serviço para a municipalidade, colocamos nossa equipe de consultoria técnico-comercial, para dirimir qualquer dúvida e/ou avançarmos no processo de implementação da metodologia de melhor performance e qualidade utilizada no país.

Cordialmente,

GISSONLINE
Divisão de Marketing

PROTOCOLO
Nº de Ordem 083/2007
Fls. Nº 009 Livro Nº 009
Data 23/05/07 Hora 11:45
Secretaria

GissOnline



Exmo. Presidente da Câmara de Vereadores
Dr. Wilson Barbosa

VOCÊ SABIA ?

www.gissonline.com.br

QUE A GISSONLINE É A ÚNICA
QUE PODE **AUMENTAR A SUA ARRECADAÇÃO** DE ISS EM MAIS DE



A Revolução na arrecadação do seu ISS começa aqui

VOCÊ SABIA?

QUE A GISSONLINE É A ÚNICA FERRAMENTA QUE OFERECE
INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS E AUDITADAS
PÁRA SUA TOMADA DE DECISÃO?

VOCÊ SABIA?

QUE A GISSONLINE É A ÚNICA FERRAMENTA QUE
ESTÁ EM MAIS DE 70 MUNICÍPIOS
E É A ÚNICA QUE OFERECE
TRANSPARÊNCIA, IMPESSOALIDADE E HONESTIDADE
NA GESTÃO PÚBLICA?

VOCÊ SABIA?

QUE A GISSONLINE É A ÚNICA FERRAMENTA QUE
POSSUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA VINCULADA AO LIVRO FISCAL,
ESCRITURANDO AUTOMATICAMENTE TODAS AS NOTAS FISCAIS EMITIDAS,
ACABANDO COM A SONEGAÇÃO?

QUEM QUER COMPETÊNCIA, TRANSPARÊNC

VOCÊ SABIA?

QUE A GISSONLINE É A ÚNICA FERRAMENTA QUE REALMENTE OFERECE

TRANSPARÊNCIA E LEGITIMIDADE

NA GESTÃO DO ISS,

ACABANDO COM PRIVILÉGIOS?

VOCÊ SABIA?

QUE A **GissOnline** É A ÚNICA QUE TEM

- Nota Fiscal Eletrônica vinculada à Escrituração
- Portal Informe para verificação de Autenticidade de Certidão Negativa
- AIDF Eletrônica com avaliação de histórico
- Jornal Eletrônico para você se comunicar com todos os contribuintes em tempo real
- Chat online com Atendimento Personalizado a cada contribuinte
- Módulos OFF Line e Remessa com validação dos dados

A E HONESTIDADE CONTRATA A GISSONLINE.

A GISSONLINE é uma Ferramenta de Escrituração Eletrônica com Controle e Gestão Completa do I.S.S.Q.N, além de possuir diversos facilitadores de escrituração, através da Internet ou ainda pelos Módulos OffLine e Remessa. Com a GiSS OnLine, o Município introduz controles de Retenção na Fonte (por Substituição Tributária), evitando assim a perda de arrecadação e, ao mesmo tempo, orientando as empresas a procederem, de forma correta, a sua escrituração e, conseqüentemente, a Declaração do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (I.S.S.Q.N.).

É a única ferramenta que, quando da sua implantação, já disponibiliza de forma individualizada a escrituração para cada empresa do seu município, conforme a s' legislação, respeitando o sigilo da Informação.

GissOnLine

Impessoalidade, Transparência e Respeito fazem um Brasil Melhor

Atendimento ao Cliente

(11) 2175-1111

www.gissonline.com.br

Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha - São Paulo - SP - CEP 04298-040

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº. 0001/07 – AIC **Em 29 de maio de 2007.**

Senhor Presidente

Comunicamos a Vossa Senhoria e demais Vereadores que a partir de maio/2007, a Câmara de Pedreira conta com um Departamento de Assessoria de Imprensa e se coloca à inteira disposição para qualquer intercâmbio de informação através do e-mail: imprensa@camarapedreira.sp.gov.br .

Atenciosamente,

FLÁVIO FERRAZ AVEZUM
Presidente

UVESP
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

30 anos

Convite

A **UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo,** tem o orgulho de convidar Vossa Excelência a participar do Seminário: **"CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", em SOROCABA.**

Em breve encaminharemos a programação do evento que acontecerá no próximo dia **15 de JUNHO de 2007 (sexta-feira),** a partir das 13 horas, na **Câmara Municipal de Sorocaba**, na Av. Engenheiro Carlos Reinanldo Mendes, s/nº, Sorocaba-SP.

Mais informações:

UVESP: (11) 3886-6049/51 e 2165-9964.

SOROCABA: (15) 3238-1138

SITES : www.uvesp.com.br e www.heliogodoy.com.br

EMAILs : uvesp@uvesp.com.br

heliogodoy@camarasorocaba.sp.gov.br

Contamos com a sua presença,

Atenciosamente,

Sebastião Misiara
Presidente da UVESP

UVESP
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMAÇÃO

30 anos

"CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"
LOCAL: Câmara Municipal de Sorocaba
Av. Engº Carlos Reinaldo Mendes, 2945 , Alto da Boa Vista, Sorocaba-SP
DATA: 15/06/2007

APOIO: Banco Nossa Caixa

REALIZAÇÃO: UVESP e CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

PROMOÇÃO: Prefeitura e Câmara Municipal de Sorocaba

13h – Inscrições

14h – Sessão Solene de Abertura com a presença do **Sr. Vitor Lippi**, Prefeito Municipal, **Paulo Francisco Mendes**, Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, **Sebastião Misiara,** Presidente da **UVESP, Hélio Godoy,** Presidente da Comissão de Regularização Fundiária da Câmara Municipal de Sorocaba, Vereador e Diretor da **UVESP**.

14h30 – **"DESENVOLVIMENTO REGIONAL VOCACIONADO"**
Deputado Federal Renato Amary – Ex-Prefeito de Sorocaba

15h00 – **"O PAPEL DO BANCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICIPIOS" - Coordenador Regional do Banco Nossa Caixa S.A**

15h30 – **"PLANO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SOROCABA" – Engº José Dias Batista Ferrari** (Secretario Municipal de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente de Sorocaba)**, Hélio Godoy** (vereador, Presidente Comissão de Regularização Fundiária da Câmara Municipal de Sorocaba).

16hs - DEBATE

16h30 – "RECUPARAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS DEGRADADAS DENTRO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA"
Técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura Urbana de Sorocaba

17hs – "HABITAÇÃO POPULAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO"
Engº Lair Alberto Soares Krahenbuhl – Secretario de Habitação do Estado de São Paulo

18hs – Encerramento e entrega de Certificados

FORÇA SP

ÓRGÃO OFICIAL DA FORÇA SINDICAL SÃO PAULO – ANO 3 – Nº 3 – MAIO DE 2007

ESPECIAL

º DE MAIO EM TODO O ESTADO

ALÉM DA TRADICIONAL FESTA NA PRAÇA CAMPO DE BAGATELE, QUE REUNIU MAIS DE 1 MILHÃO DE PESSOAS NA CAPITAL, MAIS OITO GRANDES COMEMORAÇÕES DA FORÇA SINDICAL SP EMPUNHARAM A DEFESA DO MEIO AMBIENTE EM TODO ESTADO



Jundiaí

Mais de 30 mil pessoas passaram pelo Parque da Uva, às margens da Rodovia Anhanguera, para assistir aos shows de música, ouvir os discursos dos dirigentes sindicais e participar do sorteio de brindes. O coordenador da Força SP na região, João Henrique dos Santos (ao microfone), ficou impressionado com a disposição do público que participou da festa da manhã até o começo da noite de 29 de abril.



Marília

Mais de 20 mil pessoas passaram pela avenida Tancredo Neves, local aonde foi comemorado o dia 1º de Maio na cidade. Além de seis shows musicais e discursos em defesa do meio ambiente, houve sorteio de uma moto, refrigeradores, TVs, DVDs e bicicletas. No destaque, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação de Marília, Wilson Vidoto Manzon (de branco) participa de um dos sorteios.

PREVIDÊNCIA

APOSENTADOS EXIGEM MAIS QUE 3,3%





O Sindicato Nacional dos Aposentados promoveu em abril uma série de manifestações contra o reajuste de 3,3% dado pelo governo para os aposentados que ganham mais que um salário mínimo. Uma passeata em São Vicente reuniu cerca de 2.000 pessoas (foto no alto). Outra foi na avenida Paulista e teve manifestações de indignação e bom humor. Alguns idosos chegaram a tirar parte da roupa, ficando apenas de cueca (foto acima).

"Queremos uma audiência com o Presidente da República para retomar as negociações. Temos uma pauta de reivindicações com oito itens e queremos discutir", afirma João Inocentini, presidente do SINDNAPI.

Segundo ele, se o presidente Lula não receber os aposentados, serão feitas novas manifestações até chegar a Brasília. Lá vão pressionar o Congresso a vetar o aumento para reabrir negociações.

EXPEDIENTE

Jornal Força de São Paulo é órgão oficial da Força Sindical do Estado de São Paulo
Rua Galvão Bueno, 782 – 8º andar – CEP 01506-000
São Paulo – SP – Brasil – Telefone: (11) 3341-5243
Sugestões para o Jornal Força SP devem ser enviadas para: fsindical-sp@fsindical.org.br
Visite a página www.fsindical-sp.org.br

Presidente: Danilo Pereira da Silva
Secretário Geral: Hélio Herrera Garcia (Peninha)
Secretario de Comunicação e Imprensa: Nilson do Carmo Pereira
Jornalista Responsável: Mário Serapicos
Diagramação: Celso Cury

EDITORIAL



As promessas do Governador

Demorou quatro meses, mas o governador José Serra cumpriu a primeira grande promessa que fez no debate promovido pela Força Sindical São Paulo c rante a campanha eleitoral do ano passado. No final de abril, Serra enviou para a Assembléia Legislativa o projeto que estabelece pisos regionais superiores ao salário mínimo nacional. Antiga bandeira da Força Sindical, os pisos propostos por Serra são de R$ 410 (para domésticos, serventes, motoboys), R$ 450 (cabeleireiro, garçom, pedreiro) e R$ 490 (técnico de eletrônica, trabalhador em serviço de higiene e saúde). A expectativa é que cerca de 1 milhão de pessoas sejam beneficiadas.

Mas, durante sua pale tra, o então candidato s comprometeu com outros projetos fundamentais para os trabalhadores. O primeiro é a qualificação profissional. Serra garantiu que dobraria o número de Fatecs (Faculdades de Tecnologia) e ETEs (Escolas Técnicas Estaduais) e "turbinaria", segundo suas próprias palavras, o ensino profissionalizante no Estado.

O tucano informou ainda que seria criado um sistema informatizado de oferta e procura de emprego, que poderia ser acessado em qualquer infocentro ou Centro de Apoio ao Trabalhador. A expectativa é que isso não demore tanto tempo para ser colocado em prática.

Danilo Pereira da Silva
é presidente da Força SP

1° DE MAIO

PIRACICABA, EMBU E PERUÍBE



Piracicaba

A festa do 1° de Maio em Piracicaba foi realizada no domingo, 29 de abril, e contou com mais de 40 mil pessoas no Clube dos Metalúrgicos. Além do show do cantor Daniel, entre outros artistas, houve sorteio de dezenas de prêmios, como quatro motos, 30 TVs de 29 polegadas, máquina de lavar roupa. O ponto alto foi o ato cívico quando todos cantaram o Hino Nacional e reivindicaram melhoria no salário dos aposentados, geração de emprego e qualificação profissional.



Embu

O presidente do Centro de Convivência e Solidariedade de Embu Guaçu e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Roberto Sargento, fala para as cerca de 10.000 pessoas que assistiram aos shows de 1° de Maio na cidade.

Peruíbe

Mais de 10 mil pessoas assistem aos shows realizados na av. Mário Covas, centro de Peruíbe, no dia 30 de abril, na festa do 1° de Maio organizada pela regional da Baixada Santista da Força Sindical e pelo Sindicato dos Servidores da cidade

1° DE MAIO

A FESTA PELO INTERIOR DE SP

Jaguariúna

Com a apresentação do grupo Axé Blonde e o sorteio de um carro, uma moto e outros prêmios, o 1° de Maio em Jaguariúna atraiu mais de 40 mil pessoas para o evento organizado pelo Sindicato dos Químicos e a prefeitura no centro da cidade.



Sorocaba

Quase 10 mil pessoas assistem aos shows, ouvem os discursos e participam do sorteio de prêmios na festa do 1° de Maio organizada pela Regional de Sorocaba da Força e pelo Sindicato da Alimentação da cidade.



Ibaté

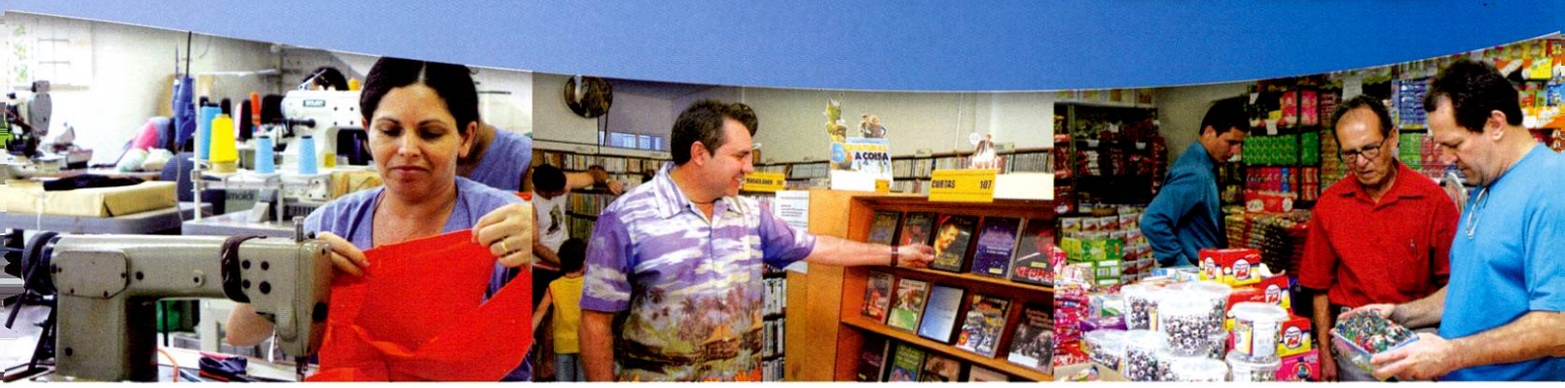
Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, a festa do 1° de Maio em Ibaté reuniu quase 15 mil pessoas na praça central da cidade para assistir a shows e participar da distribuição de brindes.



A META DE TODA A FORÇA SINDICAL SP, É DOBRAR O NÚMERO DE LOCAIS E DE PÚBLICO PRESENTE NAS COMEMORAÇÕES DO 1° DE MAIO DE 2008

Conheça as mudança

Pontos da Lei Geral	Como é hoje	Como será a partir da implementação da Lei Geral
1 – Alcance da Lei	A Lei do Simples está voltada para os tributos federais. Os sistemas de tributação da União, dos estados e dos municípios funcionam de forma dispersa e diferenciada, criando dificuldades para a microempresa (ME) e a empresa de pequeno porte (EPP).	A LG abrangerá as três esferas do poder público, trazendo mais eficácia aos seus dispositivos. Haverá um sistema legal uniforme, que facilitará o entendimento e o cumprimento das obrigações.
2 – Conceito de MPE	Há uma multiplicidade de conceitos. Os limites de Receita Bruta Anual do Simples são: - Microempresa (ME): R$ 240.000,00; - Empresa de Pequeno Porte (EPP): R$ 2.400.000,00. De acordo com o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, são: - Microempresa (ME): R$ 433.000,00; - Empresa de Pequeno Porte (EPP): R$ 2.133.000,00; Além disso, vários estados e municípios têm conceitos próprios, o que causa grande confusão.	Serão ampliados os limites de enquadramento, que serão respeitados pela União, pelos estados e pelos municípios. Os limites de Receita Bruta Anual serão: - Microempresa (ME): R$ 240.000,00; - Empresa de Pequeno Porte (EPP): R$ 2.400.000,00. No entanto, será dado tratamento diferenciado para estados e municípios, da seguinte forma: - Estados (e respectivos municípios) com participação em até 1% do PIB (11 estados: RO, AC, RR, AP, TO, MA, PI, RN, PB, AL e SE) poderão adotar o limite de R$ 1.200.000,00; - Estados (e respectivos municípios) com participação em até 5% do PIB (11 estados: AM, PA, CE, PE, BA, ES, SC, MT, MS, GO e DF) poderão adotar o limite de R$ 1.800.000,00; - Estados (e respectivos municípios) com participação acima de 5% do PIB (5 estados: MG, R SP, PR e RS) terão o limite de R$ 2.400.000,00.
3 – Cadastro Sincronizado e desburocratização de abertura de empresas	Para abrir uma empresa, o empreendedor é obrigado a se inscrever, isoladamente, em mais de dez órgãos e apresentar mais de 90 documentos. São necessários: - 152 dias; - R$ 2.000,00 de custos; - excessiva quantidade de declarações. *Dados: Pesquisa do Banco Mundial*	Está prevista a utilização de princípios expressos, oriundos do Projeto do Redesim, que definem diretrizes objetivas para a implantação do Cadastro Sincronizado, entrada única de documentos, a inexigência de vistorias prévias para atividades sem risco, entre outros. · A abertura da empresa será efetuada mediante registro simplificado dos seus atos constitutivos; · A empresa terá apenas um único número de identificação baseado no CNPJ; · A baixa da inscrição no CNPJ será imediata, por meio de requerimento, acompanhado do ato de dissolução da empresa; · MPE sem movimento por mais de três anos poderão encerrar atividades independentemente do pagamento de taxas ou multas. As empresas poderão ser baixadas imediatamente, independentemente de haver débitos tributários. Nesse caso, os sócios responderão por esses débitos.



ples criado pela Lei Geral

Menos burocracia

Hoje, para abrir uma empresa, normalmente o candidato a empresário precisa se inscrever em mais de dez órgãos, apresentar mais de 90 documentos, numa peregrinação que leva em média 152 dias, segundo pesquisa do Banco Mundial. A Lei Geral simplifica a abertura e fechamento de empresas e reduz a burocracia nesse processo. Prevê, por exemplo, a utilização do Cadastro Sincronizado, que permite o empreendedor entregar os documentos necessários para abrir a empresa em um único lugar. Possibilita, também, que ele possa abrir o negócio com apenas um número de identificação: o do CNPJ. Com esse procedimento, prevê-se a redução em até R$ 2 mil das custas desses processos e a queda para até 15 dias no tempo médio despendido para a abertura de empresa.

A lei permite, também, a expedição de alvará provisório para funcionamento imediato da empresa, deixando as vistorias para depois que a empresa estiver funcionando, menos para atividades de alto risco como fábricas de produtos químicos e farmácias de manipulação. O fechamento também será automático para aquelas que estiverem há mais de três anos sem atividade. Os débitos tributários pendentes poderão se assumidos pelos sócios.

Acesso ao crédito

A Lei Geral institui vários mecanismos de oportunidades e fomento, como estímulo ao crédito e à capitalização, determinando às instituições financeiras a criação de linhas de crédito específicas para o segmento. Também prevê que cooperativas de crédito que tenham participação de micro e pequenas empresas possam acessar aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e, assim, conseguir empréstimos a taxas menores que as praticadas pelo mercado e com prazos maiores para pagamento.

Exportação desonerada

A Lei Geral também desonera as exportações retirando a incidência do PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS sobre as receitas de exportações realizadas diretamente pela empresa ou via trading e empresas comerciais exportadoras.

Incentivo à cooperação

Com a nova lei, as empresas optantes pelo Supersimples poderão associar-se em consórcios para compra e venda. A intenção é que elas ganhem mais poder de negociação, escala e competitividade. E que não sejam tributadas nas operações entre consórcios e entre consorciados, para evitar a bitributação. Elas também terão isenção sobre as receitas de exportações. Esse tipo de associação, chamado de Consórcio Simples, valerá depois que o dispositivo da lei que trata de associativismo for regulamentado.

Compras governamentais

Com a Lei Geral, as compras públicas federais de até R$ 80 mil poderão ser adquiridas de micro e pequenas empresas. Elas só terão que ter a regularidade fiscal exigida no processo licitatório depois de vencerem uma licitação, e não mais no início do processo. Essas empresas poderão ser subcontratadas pelas de maior porte vencedoras de licitações públicas. Nos grandes lotes a serem licitados, uma parte poderá ser destinada à participação exclusiva das micro e pequenas empresas. Também poderão negociar o empenho (documento com o qual os órgãos públicos pagam às empresas) com os bancos, como se fosse um título de crédito.

Inovação tecnológica

A nova lei estabelece que no mínimo 20% dos recursos públicos (federais, estaduais e municipais) destinados a pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica sejam investidos nas micro e pequenas empresas. Autoriza o Ministério da Fazenda a isentar da cobrança de IPI, Cofins e PIS/Pasep sobre o custo desses investimentos. Esse é um dos dispositivos que não precisam de regulamentação.

Incentivo à formalização

A expectativa é que a Lei Geral incentive a formalização de grande parte dos 10,3 milhões de negócios que estão na informalidade. Em conseqüência, seja regularizada a situação de trabalhadores desses empreendimentos, que somam 15 milhões, entre proprietários e empregados. Estudos feitos pelo Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas apontam que num cenário conservador, a lei possibilitará a formalização de um milhão de empresas e em um cenário otimista o acréscimo pode ser de 4 milhões de empresas, o que aumentaria para R$ 10 bilhões a arrecadação tributária.

Vetos

A lei sancionada sofreu 14 vetos. Entre as partes retiradas, saíram a criação do Sistema Nacional de Garantia de Crédito e a possibilidade de inclusão, no Supersimples, de empresas de produção de fogos de artifício, de decoração e paisagismo e de corretagem de seguros. Caiu também o termo de ajustamento de conduta na fiscalização orientadora. Isso significa que a forma de atuação dessa fiscalização vai necessitar de regulamentação. Na parte que trata das regras civis, saiu o aperfeiçoamento da figura do empresário individual, mas foi mantida a responsabilidade do titular desse tipo de empresa por quaisquer obrigações decorrentes do negócio. Também foi mantida a isenção da contribuição sindical patronal para as optantes pelo Simples Nacional, conforme já ocorre atualmente.

s que a Lei Geral traz

Pontos da Lei Geral	Como é hoje	Como será a partir da implementação da Lei Geral
4 – Supersimples	Só podem aderir ao Simples Federal as empresas com Receita Bruta Anual de até R$ 2.400.000,00, e estão vedadas as atividades de prestação de serviço, que representam quase 1 milhão de empresas.	Proibição de opção por parte das atividades de serviços regulamentadas por lei, salvo algumas atividades importantes, como: contabilidade, informática, consertos em geral, academias de dança e ginástica, escolas técnicas e de línguas, construção civil, entre outros (cerca de 200 mil novas empresas poderão optar). Foram mantidas as exceções já existentes, como lotéricas, escolas, creches, correios, etc. Os limites são os mesmos do item 2. Esses novos serviços terão tabelas de recolhimento diferenciadas e continuarão recolhendo o INSS patronal sobre a folha. As três primeiras faixas foram condensadas em uma só (R$ 0 a R$ 120 mil).
5 – Pagamento de tributos	As empresas que não podem optar pelo Simples têm que calcular os valores de, aproximadamente, dez tributos diferentes, informar dados em diversas declarações e fazer os pagamentos em datas diferentes. Quem pode optar, tem declarações e escrituração mais simplificada, mesmo assim, fica sujeito a cumprir exigências estaduais e municipais.	O Supersimples engloba contribuições, taxas e impostos federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSL, INSS sobre folha de salários), estaduais (ICMS) e municipais (ISS), que serão recolhidos mensalmente, a partir da mesma base de cálculo e de uma escrituração contábil e fiscal única. Reduz e simplifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais.

Pontos da Lei Geral	Como é hoje	Como será a partir da implementação da Lei Geral
6 – Alíquotas	No Simples Federal, não são incluídos o ICMS e o ISS. As alíquotas variam da seguinte forma: Comércio – 3% a 12,6% + ICMS; Indústria – 3,5% a 13,1% + ICMS; Serviços – 4,5% a 18,9% + ISS. Quem não pode optar recolhe, em média, 12% a título de tributos federais + 5% de ISS + 27% sobre a folha de pagamentos, a título de INSS, Sistema S, Incra e salário-educação.	As alíquotas propostas na Lei Geral incorporam as melhores práticas do País. A redução na carga tributária, aliada à simplificação de procedimentos, servirá de estímulo para o crescimento de microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), além de reduzir a informalidade e incentivar o desenvolvimento da economia global. As novas alíquotas passam a variar da seguinte forma: Comércio – 4% a 11,6% (já incluído o ICMS); Indústria – 4,5% a 12,1% (já incluído o ICMS); Serviços I – 6% a 17,4% (já incluído o ISS); (para as atividades que hoje já podem optar pelo Simples) Serviços II – 4,5% a 16,85% (já incluído o ISS) + 20% de INSS sobre a folha; Serviços III – 6% a 18,5% (já incluído o ISS) + 20% de INSS sobre a folha. A redução estimada média para quem já é optante pelo Simples é da ordem de 20%, podendo chegar a 50%. Para os novos setores que poderão ingressar no Simples Nacional a redução pode chegar a 80%.
7 – Cálculo do imposto	O cálculo de tributos está baseado na receita acumulada da empresa, mês a mês, até o final do ano. Há 23 faixas, com 23 diferentes alíquotas. Hoje só se paga pela receita bruta auferida, ou seja, sobre a emissão de notas fiscais e sobre resultados de operações financeiras, de alienação de ativos, entre outros. Se a empresa levar um calote, ela paga imposto sobre essa ocorrência. Da mesma forma, ao parcelar um produto com caixa próprio, ela recolhe de uma vez a carga tributária relativa a todo o montante, como se o pagamento fosse à vista.	A base de cálculo será a média das receitas auferidas nos últimos 12 meses. Há 23 faixas, com 20 diferentes alíquotas. As três primeiras faixas foram condensadas (R$ 0 a R$ 120 mil), com base na menor alíquota. As empresas poderão optar pela tributação com base na receita recebida. Isso quer dizer que só será tributado naquele mês o que efetivamente entrou no caixa da empresa.
8 – Exportações	As empresas optantes pelo Simples são tributadas sobre a sua receita, inclusive aquela resultante das exportações. Isso prejudica a competitividade das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) em relação às médias e às grandes empresas exportadoras.	Não haverá mais incidência de impostos sobre as receitas de exportações realizadas por microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), tornando essas empresas mais competitivas em relação às médias e às grandes exportadoras.
9 – Compras governamentais	As microempresas e as empresas de pequeno porte (EPP) concorrem nas mesmas condições impostas às grandes empresas. As exigências burocráticas e os grandes lotes impedem a participação das pequenas empresas nas compras públicas.	Fixa o limite preferencial de R$ 80.000,00 para compras de microempresas (ME) e de empresas de pequeno porte (EPP), sempre que houver empresas desse porte em condições de fornecer a preços competitivos. Prevê, ainda, a simplificação na participação em licitações e o fornecimento parcial de grandes lotes, ressalvada a exigência de lei local para que se utilizem tais mecanismos. Por fim, prevê a negociação do empenho com bancos.

Micro e pequenas empresas dão fôlego à economia do País

Confecções, padarias, armarinhos, minimercados, papelarias, locadoras de vídeo e DVD. Seja do setor de Indústria, Comércio ou Serviços, as micro e pequenas empresas estão por toda parte, bem pertinho de nós, oferecendo bons produtos e serviços. Além disso, geram emprego e renda para grande parte da população economicamente ativa (PEA) do País.

As estatísticas mostram que o segmento dos pequenos negócios é um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, seja pelo número de empreendimentos ou de postos de trabalho gerados. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 57,2% dos empregos formais da PEA no meio urbano são gerados pelas micro e pequenas empresas *(veja gráfico 'Números de pessoas ocupadas percentual')*, o que equivale a 15,7 milhões de pessoas empregadas. O segmento é ainda responsável por 26% da massa salarial brasileira e representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

Das 4,91 milhões de empresas formais existentes no País, 99,2% são de micro e pequeno porte *(veja tabela 'Número de empresas formais no Brasil, por porte e setor de atividade - 2002')*. O segmento é também o que menos demite, segundo pesquisa do Sebrae em São Paulo, absorvendo alto número de trabalhadores que não têm ocupação nas grandes empresas.

Esses dados não só comprovam a relevância dos micro e pequenos negócios para a economia e desenvolvimento do País, como também ressaltam a vocação empreendedora do brasileiro que, muitas vezes, ao se ver desempregado, sem carteira assinada, decide abrir sua própria empresa em busca de inclusão social. De acordo com a última pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), de 2005, que mediu as taxas do empreendedorismo mundial, o Brasil é o sétimo país mais empreendedor do mundo.

Se for levada em conta a informalidade, a presença das micro e pequenas empresas na economia do País é ainda maior. De acordo com a pesquisa 'Economia Informal Urbana', do IBGE e do Sebrae, de 2005, existem no Brasil 10,3 milhões de empresas informais que geram empregos para mais de 13,8 milhões de pessoas. O principal motivo para essa informalidade, segundo a pesquisa, é a ausência do emprego formal.

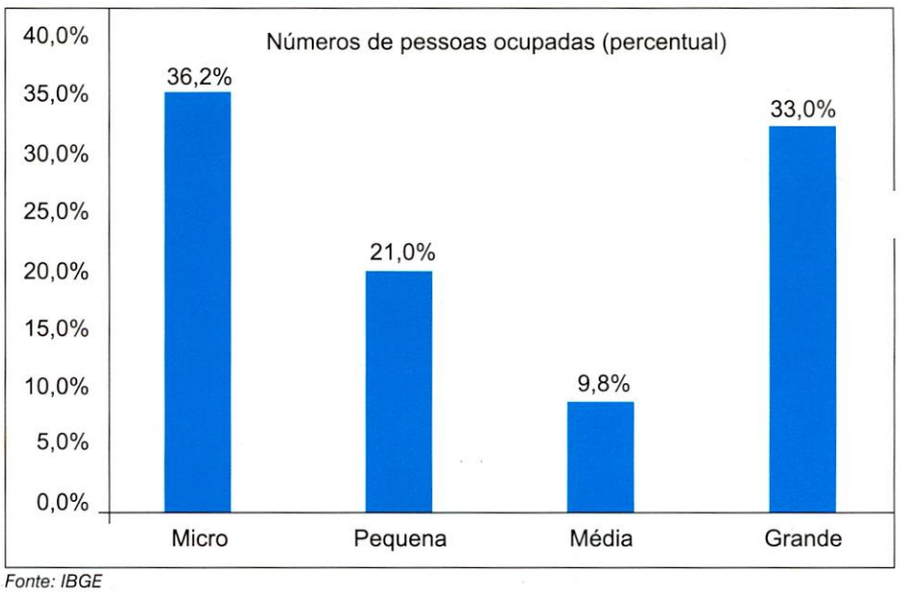
Novo momento

O Brasil vive, no entanto, um novo momento, com conjunturas interna e externa favoráveis. O que se discute atualmente é desenvolvimento, crescimento econômico, menos impostos, taxas de juros mais baixas. Enfim, um ambiente também favorável aos pequenos negócios, principalmente, com a redução da burocracia e da carga tributária incidente sobre o segmento, que virão com a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Esse cenário mais encorajador deve fortalecer as atividades dos pequenos negócios, que poderão contribuir ainda mais para aspectos cruciais da agenda de desenvolvimento do País, como a redução da informalidade, incremento da atividade produtiva nacional, geração de emprego e renda e outros.

Associado a esse ambiente promissor, surge o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no início deste ano pelo governo federal, que abre um leque de oportunidades para as micro e pequenas empresas. As principais medidas do PAC estão em áreas de saneamento, habitação, construção civil, setores em que os pequenos negócios estão muito presentes. O momento agora é de identificar rapidamente as oportunidades de negócios que o programa cria para os diversos setores da economia. E o papel do Sebrae será o de produzir conhecimento, capacitaç articular e apontar os caminhos para micro e pequenos empreendimentos.

As metas, obras e cronogramas estabelecidos pelo PAC deverão potencializar os indicadores relativos às micro e pequenas empresas, como faturamento, formalização, modernização, acesso a mercados, tecnologia e serviços financeiros. É importante, então, que o segmento esteja pronto e preparado para esse fortalecimento e possa contribuir ainda mais para o desenvolvimento do País.



Fonte: IBGE

Número de empresas formais no Brasil

	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
Norte	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	439.013	90,7	37.227	7,7	6.548	1,4	1.430	0,3	484.218	100,0
Construção	116.287	91,9	8.282	6,5	1.694	1,3	221	0,2	126.484	100,0
Comércio	2.337.889	95,4	105.891	4,3	4.862	0,2	2.846	0,1	2.451.488	100,0
Serviços	1.712.418	92,3	122.609	6,6	10.548	0,6	10.605	0,6	1.856.180	100,0
TOTAL	4.605.607	93,6	274.009	5,6	23.652	0,5	15.102	0,3	4.918.370	100,0

Fonte: IBGE

Coordenação Editorial: Informe Comunicação
Coordenação: Cândida Bittencourt e Indiara Oliveira
Edição: Margareth Lourenço
Redação: Dilma Tavares e Sandra Manfrini
Produção: Rubens José
Projeto gráfico: Chica Magalhães
Diagramação: Marciano Albuquerque

Pontos da Lei Geral	Como é hoje	Como será a partir da implementação da Lei Geral
10 – Associativismo	As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) consorciadas são bitributadas. O consórcio é uma figura sem personalidade jurídica para negociar em nome próprio ou mesmo ter acesso a linhas de crédito.	Prevê a criação do Consórcio Simples para microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por prazo indeterminado. Necessita, porém, de regulamentação, quase que total, por parte do Executivo.
11 – Estímulo ao crédito e à capitalização	A maior dificuldade para os pequenos negócios acessarem crédito são as garantias, que lhes faltam. O cooperativismo de crédito tem demonstrado ser uma saída bastante consistente para o acesso a serviços financeiros, devendo ser incentivado.	Permite, às cooperativas de crédito das quais participem microempresas (ME) e empresas e pequeno porte (EPP) ter acesso direto a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que barateará os financiamentos e fortalecerá o setor. Disponibiliza linhas de crédito específicas para o segmento. Prevê a portabilidade das informações cadastrais da empresa em caso de mudança de banco.
12 – Estímulo à ovação	Não há limite fixado para a aplicação de recursos de tecnologia nas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Não há qualquer estímulo para acesso dessas empresas a políticas de inovação tecnológica.	Destina 20% dos recursos de tecnologia de todos os órgãos e entidades a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP). Propõe políticas de fomento ao desenvolvimento tecnológico de microempresas (ME) e de empresas de pequeno porte (EPP). Autoriza o Ministério da Fazenda a zerar as alíquotas do IPI, da Cofins e do PIS/Pasep.
13 – Acesso à Justiça	Não existe nenhum instrumento que facilite o acesso das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) aos processos de conciliação prévia, mediação e arbitragem. É permitido o acesso das microempresas (ME) aos Juizados Especiais.	Faculta o uso dos Juizados Especiais Cíveis e Federais a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Fomenta a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).
14 – Regras civis e empresariais	Não há uma definição para o empresário de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) no Novo Código Civil (NCC). O empresário (individual) responde com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) devem cumprir todas as burocracias impostas pelo NCC.	Define, no Novo Código Civil, quem é o empresário de microempresa (ME) e de empresa de pequeno porte (EPP). Desobriga microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) da realização de reuniões, assembléias e da publicação de atos da empresa. Desburocratiza o seu dia-a-dia.
15 – Parcelamento de débitos	Os optantes pelo Simples não podem parcelar seus débitos, salvo se autorizados por lei específica. As demais empresas têm, à disposição, um parcelamento permanente de débitos tributários de até 60 meses.	Oferece parcelamento específico para micro e pequenas empresa nas mesmas condições do parcelamento que a Secretaria da Receita Federal proporciona hoje às demais empresas, em até 120 meses.







Saiba o que é o Supers m

Nova lei torna mais fácil dia-a-dia das micro e pequenas empresas e pode incentivar formalização de negócios que estão na informalidade

O Supersimples é o coração da Lei Geral. Ele vai substituir o atual Simples Federal e reunirá oito tributos, sendo seis federais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, Pis/Pasep e INSS patronal), mais o ICMS estadual e o ISS municipal. Isso possibilita que com um único documento o empresário faça todos esses recolhimentos mensais. Mantém, ainda, a isenção que essas empresas já têm garantidas no Simples Federal, que são a contribuição para o salário-educação, para o Incra e para o Sistema S.

As adesões ao Supersimples começam dia 1º de julho deste ano. Para quem já está no atual Simples Federal, a adesão será automática. Quem ainda não está precisará fazer a opção pelo novo sistema, desde que se enquadre no perfil daquelas empresas que poderão aderir.

Quem poderá aderir

Poderão aderir ao Supersimples as micro e pequenas empresas com receita bruta anual de até R$ 2,4 milhões – com restrições às profissões regulamentadas por lei (como medicina, advocacia e jornalismo) e as prestadores de serviço de comunicação e de transporte intermunicipal e interestadual.

O teto máximo de R$ 2,4 milhões vale para a União. Para estados e municípios, o teto varia de acordo com a participação no Produto Interno Bruto (PIB). Fica assim: para estados e respectivos municípios com participação no PIB acima de 5%, o teto obrigatório é de R$ 2,4 milhões. Aqueles cuja participação no PIB varia entre 1% e 5 % podem optar pelo teto de R$ 1,8 milhão. E para aqueles cuja participação no PIB é de 1%, pode ser adotado o teto de R$ 1,2 milhão. Os estados que quiserem poderão optar pelo teto de R$ 2,4 milhões.

A Lei Geral também permite a participação, no Supersimples, de mais de 200 mil empresas do setor de serviços, como, contabilidade, construção civil, informática, consertos em geral, academias de dança e ginástica. Até então, para essas empresas, não estava permitida a adesão ao Simples Federal.

Como fica a tributação

Hoje, com o atual Simples Federal, há três tabelas de tributação: uma para o setor da Indústria, outra para o setor do Comércio e outra para o de Serviços, com alíquotas que vão de 3% a 18,9% só com os tributos federais, fora o ICMS estadual e o ISS municipal. Com o Supersimples haverá cinco tabelas de tributação (englobando os tributos federais mais o ICMS estadual e o ISS municipal): uma para o setor do Comércio com alíquotas que vão de 4% a 11,6%; outra para o da Indústria, com alíquotas de 4,5% a 12,1%; e três tabelas diferenciadas para o setor de Serviços.

Setor de Serviços

A primeira tabela do setor de Serviços é para atividades que já podiam optar pelo Simples, com alíquotas de 6% a 17,4%. A segunda é para uma parte dos novos grupos que poderão aderir ao Supersimples com alíquotas de 4,5% a 16,85%, sendo que estes continuarão a recolher 20% do INSS sobre a folha de pagamento.

A terceira tabela abrange a outra parte dos novos grupos, como imobiliárias e escritórios de contabilidade, cujas alíquotas vão de 6% a 18,5%, sendo que esses continuarão recolhendo 20% do INSS sobre a folha de pagamento. Para esses, a opção pelo sistema é condicionada ao empenho de pelo menos 40% de sua receita com pagamento de salários (inclusive férias, 13º salário e horas-extras), pró-labore, INSS e FGTS. A estimativa é que as empresas que já são optantes pelo atual Simples Federal, quando migrarem para o Supersimples, tenham uma redução média de tributação de 20%, podendo chegar a 50%, dependendo do regime do ICMS do estado em que a empresa estiver localizada. E para os novos setores que poderão ingressar no Supersimples a redução ainda é maior, podendo chegar a 80%.

Adesão ao Supersimples vai de 1º a 31 de julho deste ano

As adesões ao Supersimples serão feitas do dia 1º ao dia 31 de julho deste ano. Quem já for optante do atual Simples Federal migrará automaticamente para o Supersimples. Quem não quiser, terá que solicitar à Receita Federal a sua retirada. Aqueles que ainda não estão e quiserem entrar, precisarão fazer a opção pelo novo sistema, desde que se enquadrem no perfil daquelas empresas que poderão aderir.

SEBRAE

Lei Geral

Jornal Sebrae - Edição Especial
Brasília • Março 2007



Presidente Lula sancionou Lei Geral no dia 14 de dezembro de 2006

Lei marca novo tempo para o País

Sebrae e parceiros trabalham para regulamentar a nova legislação

Os empresários de micro e pequenas empresas começaram 2007 com o pé direito. Depois de mais de três anos de luta, conseguiram a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Essa lei tem por base proposta elaborada pelo Sebrae a partir de sugestões do segmento. Ela foi sancionada dia 14 de dezembro de 2006 e está em vigor desde 15 do mesmo mês, exceto o capítulo tributário que vai vigorar a partir de 1° de julho. Essa lei é o novo Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Consolida as legislações existentes sobre essas empresas e tem abrangência nacional. A lei promove melhoria no ambiente geral para esses negócios.

A lei começa instituindo um conceito nacional do que é microempresa e empresa de pequeno porte. Hoje há conceitos diferentes para esses empreendimentos no plano federal e em vários estados e municípios. Também cria o Supersimples, que substitui o Simples Federal; simplifica a abertura e fechamento de empresas e institui vários mecanismos de incentivos, como facilidades no acesso ao crédito, à inovação tecnológica e desoneração das exportações.

Para que a maioria desses dispositivos seja usufruída pelos empresários, precisam ser regulamentados. Com esse objetivo são realizadas várias ações envolvendo o Sistema Sebrae, entidades empresariais e parceiras, além de governos. As iniciativas do Sebrae incluem produção de cartilhas, programas de rádio, de TV e material para divulgação na Internet. A Instituição também treina seus funcionários para que orientem melhor os empresários sobre o tema.

Outras ações

A Instituição assinará convênio com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas para levar orientação especializada ao segmento. As unidades estaduais do Sebrae, em parceria com entidades empresariais locais, promovem seminários e fóruns de debates sobre a lei, seus benefícios, o que precisa ser feito para regulamentá-la.

Vários municípios também já se mobilizam para regulamentar a Lei Geral em âmbito municipal. Alguns até já contam com legislação municipal baseada na lei.

No Congresso Nacional, é articulada a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas que envolverá a Câmara e o Senado na implementação da lei. Na Câmara é articulada a criação de uma subcomissão das micro e pequenas empresas para tratar de regulamentação da Lei Geral dentro da Comissão de Finanças e Tributação.

No plano federal, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que vai gerir a parte da lei que não trata de tributação, já iniciou os debates sobre a regulamentação. Dia 8 de fevereiro foi publicado no Diário Oficial da União, o decreto presidencial que institui o Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, chamado de Comitê Gestor do Simples Nacional. Sua tarefa será de gerir esse sistema de tributação.

O Sebrae e a Receita Federal assinaram convênio de cooperação técnica para implantar o sistema informatizado de recolhimento do Supersimples. A previsão é que em alguns meses o sistema de apuração dos tributos deverá estar pronto e disponível aos empresários para simulação da tributação com o novo sistema.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, **LEANDRO VENÂNCIO DA COSTA,** estabelecimento comercial a Rua das Dálias, 336, Bairro São Nilo, Município de Pedreira, Estado de São Paulo, declaro ter retirado para conserto do CPU (patrimônio 535) da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 08 de maio de 2007.

LEANDRO VENÂNIO DA COSTA

Recebemos

Holambra, 08 de Maio de 07

MEDICAR: 0800 941 5455
VERA CRUZ VIDA: 0800 164 1640

ASH
Associação de Saúde Holambra

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE HOLAMBRA

LISTA DE REFERÊNCIA E CONVENIADOS DA ASH

2.007

Alameda Maurício de Nassau, 241
Centro - fone / fax – (19) - 3802-2049
E.mail – ash@holnet.com.br
www.saudeholambra.com.br
Caixa Postal – 130
Cep- 13.825-000
Holambra - SP

Michele L. Jackel
Cel: 19-81761550
Dpto. Comercial - ASH
Associação Saúde Holambra

- ***PLANO CONJUGADO AMBULATORIAL E HOSPITALAR – assistência médica, hospitalar e ambulatorial a seus Associados e dependentes***
- ***PCMSO – ASH – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – Medicina do Trabalho***

O Associado do Plano de Referência em caso de urgência poderá procurar qualquer Pronto Socorro ou Hospital mais próximo em todo o território nacional; tem também livre escolha de especialistas, clínicas e hospitais, desde que encaminhado pelo corpo clínico da ASH. O reembolso sempre será feito apenas para as consultas de urgência (1,5 Tabela da Associação Médica Brasileira/ 92); exames (1,0 X TAMB/ 92); procedimentos cirúrgicos (até 2,0X TAMB/ 92); e internações (até o valor equivalente pago ao Hospital Vera Cruz – Campinas – SP).

LISTA DE REFERÊNCIA E CONVENIADOS DA ASH:

I – HOSPITAIS CONVENIADOS- (pegar guia de encaminhamento e orientações na sede da ASH; em caso de urgência procurar qualquer Hospital credenciado e levar guia até 48 horas úteis; se não estiver em cidades com Hospitais referenciados, pode ser atendido em qualquer hospital e a ASH deve ser avisada o mais rápido possível) -

1- **HOSPITAL VERA CRUZ** - Campinas – SP (Pronto Socorro Geral / ortopedia/cirurgia/acidentes/otorrino/etc.)
Av. Andrade Neves, 402 – fone- 3734-3000
Pronto Socorro – entrada lateral pela rua Barreto Leme

2- **CENTRO MÉDICO DE CAMPINAS** – Campinas – SP (Pronto Socorro Geral – ortopedia – urologia)
Rua Dr. Edilberto Luiz Pereira da Silva, 150 – Cid Universitária – Barão Geraldo – fone – 3789-5499 /3789-5300
3789-5525 (Eliane Credenciamento)
Hemodinâmica Fone- 3789-5395

3- **CENTROCOR** – Pronto Socorro e Hospital do Coração – Campinas – SP
Rua São Carlos, 369 – Bairro Vila Industrial – fone- 3272-7000
Atrás do Hospital Álvaro Ribeiro – saída para São Paulo

4- **INSTITUTO PENIDO BURNIER** – Campinas – SP (urgências em oftalmologia - olhos – Hospital Geral)
Av. Andrade Neves, 683 – Centro – fone- 3232-5866 – oftalmologia
Av. Andrade Neves, 611 – Centro – fone- 3739-1020 - otorrinolaringologia
Av. Andrade Neves, 707- Centro- Fone-3739-1020
Clinica e Hospital de Otorrino do Inst. Penido Burnier Passou à se Chamar (Hospital Santa Sofia Ltda)

5- **MATERNIDADE DE CAMPINAS** – SP (obstetrícia – partos – ginecologia – gastro-pediatria)
CENTRO CLÍNICO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL
Av. Orozimbo Maia,165 – Centro – fone – 3731-6000

07- **CENTRO INFANTIL DE INVESTIGAÇÕES HEMATOLÓGICAS DR. BOLDRINI** - Campinas – SP
Rua Gabriel Porto, 1270 – Barão Geraldo – fone- 3787-5000

08- **CAMPINAS DAY HOSPITAL** - Campinas – SP (Cirurgia Plástica – cirurgias ambulatoriais)
Rua Benjamin Constant, 2011 – Cambuí – fone – 3255-8233

09- **AMASAS – Associação Santa Maria de Saúde –** / Hospital Municipal Walter Ferrari
(Rua Amazonas,08 Centro Jaguariúna –SP Fone: (19)3867-1122/Fax: (19)3867-5042

10- **HOSPITAL BOM SAMARITANO –** Artur Nogueira- SP
(Pronto Socorro Geral – Cirurgias – Exames - Maternidade – Internações)
Rua Dr. Fernando Arens, 569 – Centro / fone – (19) 3827-1448/3827-1688

12- **São Paulo – INSTITUTO DO CORAÇÃO- INCOR** – SP (Pronto Socorro - Cirurgia Cardíaca)
Av. Dr. Enéas Carvalho Aguiar, 44 – fone (11) 30695117 – Central de Atendimento-(11) 3069-5494
0800-055-4567 (Exames)
Correio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1884 Edificio Cal Center 3° andar Jd. Paulistano CEP 01.451-000
Fone: 11 3038-5323 (Fernanda / D. Ricardo)

13- **HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO – PUC** Campinas – SP
(Cardiologia/ Pronto Socorro Geral/ ortopedia/ cirurgia/ acidentes/ etc.)
Av. John Boyd Dunlop, s/n° Jd. Ipaussurama CxP: 1.111 Fone: 19-3729 8697 Campinas CEP 13.012-970

II – CLÍNICAS DE EXAMES COMPLEMENTARES E ATENDIMENTO CONVENIADAS

(retirar sempre guia de encaminhamento e orientações na sede da ASH)

1- LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS (de preferência colher na sede da ASH):

A- **Laboratório de Análises Clínicas da Associação de Saúde Holambra** – Holambra- SP
Al. Maurício de Nassau – 241 – Centro – fone – 3802-2049

B- **Laboratório Vital Brazil** –
Campinas – SP –R Francisco Glicério, 1937 – Guanabara – fone- 3733-7200
Jaguariúna – SP - Rua Júlio Frank, 969 – fone –3867-5580

C- **Laboratório de Patologia Clínica Dr Franceschi** – Campinas – SP
Rua José Villagelin Júnior, 70 – Cambuí – fone- 3252-8933 CEP 13.024-120

D- **Laboratório Bioanálises** – Sorocaba – SP
Rua Senador Feijó, 83 – Centro – fone- (11) 232-0325 ou (15) 2101 5100

E- **SAE- Serviços de Análises Especializadas Ltda.** – São Paulo – SP
Rua Cubatão, 196 – Paraíso – fone- (11) 889-7200
Guia: escrever para cobrar na fatura no cód 21577 plano SAL

F- **Laboratório Análises Clínicas Dr. J. A. VOZZA**
Casa de Saúde de Campinas – Rua Luzitana, 601 – Campinas / SP
Fone/fax: 3232-2400 ***Exames: Líquor, etc. (eles colhem no hospital)***
** Anotar no guia: favor cobrar 1 x tab.AMB com ch = R$ 0,35 conforme combinado com Natascha.*

G- **Laboratório FLEURY (Laboratório não credenciado) (Apenas para controle de Qualidade)**
Av. Aquidabã, 747 - Esquina com irmã Serafina – Centro – Campinas.
Fone: 5014 7409 / 0800 7041110

2- ANÁTOMO PATOLÓGICO / CITOPATOLÓGICA (de preferência entregar na sede da ASH):

A- **Dra. Inês Vieira de Castro** – Campinas – SP
Av. Andrades Neves, 707 – conjunto 86 – Botafogo – fone – 3233-1132

B- **Laboratório Bioanálises** - Sorocaba - SP

C- **Instituto de Patologia de Campinas** – Campinas – SP
Av. Orozimbo Maia, 165 – Centro – fone- 3232-7744

3- RADIOLOGIA SIMPLES E ESPECIAL (contrastados – densitometria óssea – mamografias):

A- **UDI – Unidade de Diagnóstico por Imagem** – Jaguariúna – SP
Rua Sílvia Bueno, 260 – fone – 3867-5572 ou 3867 1227 ou 3867 5735

B- **Radiologia Clínica de Campinas** – Campinas – SP
Av. José de Souza Campos (Via Norte- Sul), 840 – Nova Campinas – fone –3753-5700

C- **Radiodiagnose S/C Ltda** – Campinas – SP (ecodopler do sist. Venoso MMII)
Praça Mauá, 77 – Vila Itapura – fone- 3231-2633

D- **Centro Radiológico de Campinas** – Campinas – SP
AV. Andrade Neves, 707 – térreo - Botafogo – fone- 37393700

4- **ULTRA- SONOGRAFIA / ECOGRAFIA** (simples e especial):

A- **Radiologia Clínica de Campinas** – Campinas – SP
Av. José de Souza Campos, 840 (Via Norte- Sul) – Nova Campinas - fone – 3753-5700

B- **Radiodiagnose S/C Ltda.** – Campinas – SP
Praça Mauá, 77 – Vila Itapura – fone- 3231-2633

C- **Centro Radiológico de Campinas** – Campinas – SP
AV. Andrade Neves, 707 – térreo - Centro – fone- 3739-3700

D- **UDI – Unidade de Diagnóstico por Imagem** – Jaguariúna – SP
Rua Sílvia Bueno, 260 – fone – 3867-5572

E- **Consultório Dr. Antônio Carlos Miadaira** (Serviço de Ultrasson)– Mogi Mirim – SP
Consultório: Rua Áurea, 40 – Centro – Mogi Mirim = fone- 3862-2613
Serviço de Ultrasson: Rua Áurea, 127 – Jd Aurea – Mogi Mirim = 3806-3439

F- **Dra. Cleide Mara M. Franzin** – Campinas – SP (amniocentese)
Rua Camargo Paes, 641 – Guanabara – fone – 3243-0524
OBS (NÃO É MAIS DO CONVÊNIO SOMENTE COMO REFERENCIA)

5- TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA:

A- **Centro Radiológico** (Serviço de Tomografia Computadorizada – H. Vera Cruz) – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 402 – Centro – fone-3231-8055 / 3739-3700 (colonoscopia virtual)

B- **Centro Médico de Campinas** (Serviço de Tomografia Computadorizada) – Campinas – SP
Rua Dr. Edilberto L. P. da Silva, 150 – Barão Geraldo - fone – 3287-5300

C- **Radiologia Clínica de Campinas** – Campinas – SP
Av. José de Souza Campos, 840 – Nova Campinas – fone- 3753-5700
Casa de Saúde de Campinas - Praça Dr. Toffoli, 28 – Bosque – fone-3234-9023

D- **Radiodiagnose S/C Ltda.** Campinas – SP
Praça Mauá, 77 – Vila Itapura – fone- 3231-2633

E- **Diagmed** Campinas – SP (cartão)
Av. Brasil, 884 – Jd. Guanabara Fone: 19 3743-5022 CEP 13.073-000

6- RESSONÂNCIA MAGNÉTICA:

A- **Centro Radiológico** (Serviço de Ressonância Magnética – H. Vera Cruz) – Campinas – SP
Av. Andrade Neve, 402 – Centro – fone – 3234-1733 / 3739-3700

B- **Radiologia Clínica de Campinas** – Campinas – SP (ressonância cardiovascular)
Av. José de Souza Campos, 840 – Nova Campinas – fone- 3753-5700
Casa de Saúde de Campinas - Praça Dr. Toffoli, 28 – Bosque – fone-3232-1011

C- **Diagmed** Campinas – SP (cartão)
Av. Brasil, 884 – Jd. Guanabara Fone: 19 3743-5022 CEP 13.073-000

D- **Radiodiagnose** – Praça Mauá,77 Vila Itapura Campinas - fone 3231-2633

7- EXAMES DE CARDIOLOGIA (eletrocardiograma – ergometria – ecocardiograma – holter – MAPA):

A- **Clínica de Cardiologia e Reabilitação S/C Ltda.** – Campinas - SP
AV. Coronel Silva Teles, 713 – Cambuí – fone- 3794-1300 (em caso de urgência - vide Centrocor acima)

B- **Instituto do Coração – INCOR – São Paulo – SP**
Av. Enéas Carvalho Aguiar, 44 – fone- (011) 3067 0400

C- **Centro de Cardiologia Campinas** (para pediatria – Ecocardiograma à cores) – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 707 – conjunto 802 – Botofogo – fone- 3231-0909

8- HEMODINÂMICA – CATETERISMO:

A- **Instituto do Coração - INCOR – São Paulo – SP**
Av. Enéas Carvalho Aguiar, 44 – fone – (011) 3067 0400

B- **Centro Médico de Campinas** – Campinas – SP
Rua Dr. Edilberto L. P. da Silva, 150 – Barão Geraldo – fone – 3789-5300

9- ESPIROMETRIA / PROVAS DE FUNÇÃO PULMONAR:

Hospital Vera Cruz – Campinas – SP (Dra. Telma Fagundes – pneumologista)
Av. Andrade Neves, 402 – Centro – fone – 3734-3000 / 3734-3035

10- ELETROENCEFALOGRAMA / MAPEAMENTO CEREBRAL / POTENCIAIS EVOCADOS:

Clínica do Dr. Lineu Correa Fonseca – Campinas – SP
Rua Sebastião de Souza, 205 cj. 122 – Botafogo – fone – 3234-6088

11- ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (esôfago – estômago e duodeno – vias biliares):

A – **Dr. Aloísio Carvalhães – Hospital Vera Cruz** –Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 402 – Centro – fone – 3734-3000
* Ligar no consultório para marcar o exame – 3234 7788 (2 guias: 1Hosp. e 1Dr)

B- **Dr. Antônio Franco Carvalho Junior ENDODIGNOSE** – Campinas –SP
Av. Andrade Neves, 295 – salas 123 e 124 - Centro – fone – 3235-2883
Jaguariúna fone – 3867-1025 Rua Julia Bueno,561 Centro (1° a direita da Vital Brazil)

12- COLONOSCOPIA (reto e intestino grosso) / eletromanometria retal:
Dr. Antônio Franco Carvalho Júnior / ENDODIAGNOSE – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 295 – 12° and. salas 123 e 124 – Botafogo – fone- 3235-2883
(ou no Hospital Vera Cruz)

13- ELETRONEUROMIOGRAFIA - POTENCIAIS EVOCADOS:

A- **Dr. Luiz Alberto Mortari** – Campinas – SP
Rua Eduardo Lane, 200 – Jardim Brasil – fone/fax- 3242-0255 / 3243-1853

B- **Dr. José Alcyr Exel Nunes** – Campinas – SP (**Não Atenderá mais em Holambra Dúvidas falar c/ Martha**)
Cedine- Av. Dr. Moraes Sales, 1745 – Cambuí – fone- 3251-1601 **(DESDE 13/07/2006)**
Clínica Holos- Rua das Dálias, 649 – fone (19) 3802-1003 - Holambra - SP

14- AUDIOMETRIA / OTONEUROLÓGICO:

A- **Clínica Mangabeira** – Campinas – SP
Rua Padre Almeida, 515 – 3° andar – Cambuí – fone- 3254-4011

B- **Clínica Campos Bueno** – Campinas – SP
Rua Álvaro Miller,995 – Vila Itapura - - fone – 3233-6199 – fonoaudióloga – Raquel Munhoz

C- **Clínica de ORL do Instituto Penido Burnier** – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 611 – Centro – fone – 3236-1027

D- **Clínica de Fonoaudiologia Holambra** (exames de audiomentria) – Holambra – SP
Marcar com Elizabeth

15- AVALIAÇÃO URODINÂMICA:
Departamento de Urologia Hospital Vera Cruz – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 402 – Centro – fone- 3734-3076

16- LÍQUOR:
Colher no PS – Hospital Vera Cruz - Campinas – SP
Equipe de Neuro-cirurgia – encaminhar ao Laboratório do Hospital Vera Cru
Av. Andrade Neves, 402 – Centro – fone- 3774-3091

17- MEDICINA NUCLEAR / CINTILOGRAFIAS:
Camp. Imagem Nuclear S/C Ltda. / DIMEN – Campinas SP
Rua Benjamin Constant, 1717 – Centro – fone- 3733-2000

18- EXAMES OFTALMOLÓGICOS ESPECIAIS:

A- **Centro Médico de Oftalmologia S/C Ltda.** – Campinas – SP
Rua Eng. Carlos Stevenson, 66 – Nova Campinas – fone- 3253-0085

B- **Instituto Penido Burnier** – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 683 – Centro – fone- 3232-5866

C- **Centro Avançado de Oftalmologia** – Campinas – SP
(campimetria computadorizada – biometria – campimetria – ceratoscopia – retinosgrafia – motilidade ocular – visão sub- normal – estimulação de bebês – Teller)
Av. Andrade Neves, 1.777 – Centro – fone/fax – 3241 7567 ou 3241 8845

D- **Clínica de Olhos Holanda de Freitas** – Campinas –SP
Av. José de Souza Campos, 515 – Cambuí – fone/fax- 3252-8422

19- BRONCOSCOPIA:
Dr. José Cláudio T. Seabra – Hospital Vera Cruz – Campinas – SP
Rua José Vilagelin Jr., 106 – Cambuí – fone- 3252-4105

20- CLÍNICA DE REFERÊNCIA PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES COM AIDS:
Centro Corsini – AIDS - Campinas SP
Rua Luiz Otávio, 2.869 – Jd Santa Cândida – fone- 3256-6344 (próximo a Forbrasa)
DISK-AIDS- fone – 0800-111213 CEP 13087-560

21- TRATAMENTO DO CÂNCER – QUIMIOTERAPIA / RADIOTERAPIA / RXT ESTEREOTÁXICA / BRAQUITERAPIA DE ALTA TAXA DE DOSE:
A- **Centro de Oncologia de Campinas/ Instituto de Oncologia de Campinas** – Campinas – SP
Rua Alberto de Salvo, 311 – Barão Geraldo – fone – 3289-1225 / 32891122
B- **Instituto do Radium de Campinas S/C Ltda.** – Campinas – SP (RXT estereotáxica)
Rua Heitor Penteado, 1780 – Taquaral – fone – 3251-8700

22- BANCO DE SANGUE (transfusões dirigidas – doação de sangue):
A- **Hemoterapia Vera Cruz** (Dr. Marcondes) – Campinas – SP
Rua 11 de Agosto, 415 – Centro – fone- 3734-3067
Ligado ao *Hospital Vera Cruz* – Campinas – SP
B- **Hemoclínica** – Campinas – SP
Rua Barreto Leme, 1560 – Centro – fone- 3236-5000
Ligado ao *Centro Médico de Campinas*.

23- VACINAÇÃO (apenas convênio para desconto aos associados da ASH)
A- **Posto de Saúde Municipal de Holambra** – Holambra – SP
Vacinação básica gratuita.
B- **CICAMP** vacinação especial /descontos (30%) para Associados da ASH.
Clínica do Dr. Rogério de Jesus Pedro
Campinas- Rua Padre Almeida, 330 – Cambuí – fone- 3252-4624
C- **CLINICA CRESCER** Jaguariúna – SP
R. General Gomes Carneiro, 260 Fone 3867-5759

24- CLÍNICA DE REPOUSO / HOSPITAL PSIQUIÁTRICO:
A- **Clínica de Repouso Fazenda Palmeiras** – Amparo – SP
Rua Allan Kardec, 1100 – fone (19) 3870-8122 / 3870-6466
B- **Instituto de Psiquiatria Américo Bairral** – Itapira – SP
Rua Dr. Hortêncio Pereira da Silva, 313 – fone- (19) 3863-1314

25- CLÍNICA DE DIÁLISE PERITONEAL E HEMODIÁLISE:
Instituto de Nefrologia de Campinas – Campinas – SP
Av. Benjamin Constant, 1657 Centro – fone- 3232-5443 CEP 13.010-140

26- EXAMES DE GENÉTICA HUMANA (aconselhamento genético – amniocentese)
Clínica de Genética Humana Dr. Walter Pinto Júnior - Campinas – SP
Rua Tenente Haraldo E. S. Santos, 672 – Jardim Chapadão – fone- 3243-2544

27- CLÍNICA DE ORTOPEDIA – URGÊNCIAS:
Clínica de Ortopedia de Campinas – COC – Campinas – SP (das 7:00 horas às 21:00 horas)
Av. Coronel Silva Teles, 1.000 – Cambuí – fone- 3251-0444

28 - TRANSPORTE DE URGÊNCIA - UTI MÓVEL:
MEDICAR- Campinas – SP – fone- **0800-941.5455/ 4005-1001**
Vera Cruz Vida – Campinas – SP - fone - **0800- 164640** (avulsos)

29 – INSTITUTO DO SONO; (Exame Polissonografia)
Instituto do Sono Dr. Shigueo Yonekura – Campinas - SP
R. Tiradentes, 279 – Vila Itapura – fone- 3232-0588 CEP 13.023-190

30- (MEDECENTER)CENTRO MÉDICO E LABORATORIAL DE ARTHUR NOGUEIRA LTDA
Rua Duque de Caxias,1644 Centro - Fone: (19) 3877-1777 -Artur Nogueira -SP

III - CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA:

1- **Fysiotherapia – fisioterapêuta Marina Ghedini Macarini** Holambra – SP
Rua das Tulipas, 86 – Centro – fone- 3802-2560

2- **Clínica Int. Artur Nogueira – fisiot. Marinez Teresani Tagliari e fisiot. Márcia** – Artur Nogueira – SP
Rua Tiradentes, 210 – Centro – fone- 3877-2696 / 3877- 2226.

3- **Cíntia Maria Cagnin** – Holambra – SP (RPG e Fisioterapia)
R. das Azaléias, 471- Jd Morada das Flores - Fone 3802-4295 Cel.9766 4067
4- **Monique Van Der Geest-** Holambra -SP (Fisioterapia)
Rua das Azaléias ,471 –Jd Morada das Flores - Fone.3802-4295 Cel.9725-1462

5- **Clinica de Fisioterapia e Ortopedia Holambra -SP**
Viviane M. Cardoso -Rua dos Solidagos,367- Fone 3802-2504

IV- ESPECIALIDADES DE ENFERMAGEM CONVENIADAS:

(o serviço ambulatorial e domiciliar da Enfermagem da ASH só esta coberto durante o expediente normal; qualquer serviço fora desde horário deve ser acordado entre o paciente e a enfermeira)

1- **Enfermeira Sandra Perpétua Lobo Lopes** – Enfermeira geral e de saúde pública
Sede da Associação de Saúde Holambra – Holambra – SP
2- **Enfermeira Elizabeth Bongers Wigman** – Técnica em enfermagem do trabalho
Sede da Associação de Saúde Holambra – Holambra – SP
3- **Enfermeira Elisangela Alves Lino –** Técnica em Enfermagen
Sede da Associação de Saúde Holambra – Holambra – SP

V – ESPECIALIDADES MÉDICAS E MÉDICOS CONVENIADOS:

a- com exceção dos médicos que atendem na sede da ASH, deverão sempre ser encaminhados pelo corpo clínico da ASH e com a devida ***Guia de Encaminhamento*** emitida na sede da ASH;
b- ***as consultas com especialistas serão pagas pela Associação de Saúde Holambra***, quando encaminhadas pelo corpo clínico da ASH com fator moderador, contra a apresentação de recibo;
c- O Associado também não pagará as ***consultas de urgência / clínica geral e clínica pediátrica***, em nossa rede credenciada, estas sem o fator moderador;
d- as especialidades que não constam na relação abaixo a ASH não mantém convênio com as mesmas.

1- **ALERGOLOGIA / ALERGIA (teste epicutâneos):**
Dr. Antônio Condino Neto - Campinas – SP
Rua José Paulino, 416 – sala 101 / 1° andar – Centro – fone- 3233-4416 / 3237-0089

2 -**ANDROLOGIA:** *Especialidade agregada à Urologia – vide n° 44.*

3- **ANESTESIOLOGIA** (sempre ligado ao Hospital nos procedimentos cirúrgicos):
A- **Dr. Laércio Lobo de Moraes** – *Hospital Vera Cruz* – Campinas – SP
B- **Dr. Nivaldo Simões Correa** – *Hospital Vera Cruz* – Campinas – SP

4- **ANGIOLOGIA – CIRURGIA VASCULAR E LINFÁTICA:**
A- **Dr. Fábio Husemann Menezes** Rua Barbosa da Cunha,434 Guanabara 3213-2261 – Campinas – SP

B- **Dr. José Tadeu Assis de Melo** – Mogi Mirim – SP
Rua Hermínio José Mazotti, 132 – Centro – fones- 3806-2994 / 3862-4214

Santa Casa de Misericórdia – Mogi Mirim – SP

C- **fistulas vasculares- Dr. Eduardo Barel** - Campinas - SP
Instituro de Nefrologia de Campinas – fone- 3232-5443

5- CARDIOLOGIA:

A- **Dr. Maurício Samuel Goldbaum** / ECG – Holambra – SP * 9127 2496
No ambulatório- sede da Associação de Saúde Holambra 9122-7678

B- **Dr. Felipe Gravanic dos Reis** – Campinas – SP

C- **Dr. João Gottardo Labigalini Júnior** – Campinas – SP

D- **Dr. José Francisco Kerr Saraiva** – Campinas – SP

E- **Dr. Maurício Samuel Goldbaum** – Campinas – SP
Clínica de Cardiologia e Reabilitação S/C Ltda **Cel. da Clinica:9122-7678**
Rua Coronel Silva Telles, 713 – Cambuí - fone – 3794-1300
Hospital Centrocor – fone- 3272-7000 - Campinas – SP
Dr. Nadim Elias Thâme Júnior – Campinas – SP
Rua Dr. Carlos Guimarães, 128 – Cambuí – fone- 3251-5562 / 3252-2483
Hospital Centrocor – fone – 3272-7000 – Campinas - SP

6- CARDILOGIA PEDIÁTRICA:

A- **Dra. Cyanna Valéria L. Ravetti** – Campinas – SP
Rua Coronel Silva Telles, 713 – Cambuí - fone- 3251-5311
Hospital Centrocor – Campinas – SP

B- **Dr. Hamilton Salim Hadad** – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 707 – cj. 802 – Centro – fone- 3231-0909.
Hospital Centrocor / Maternidade de Campinas – Campinas – SP.

7- CIRURGIA DE MAMAS / MASTOLOGIA:

Dra. Áurea Akemi Abe Cairo – Campinas – SP
Rua Tiradentes, 289 – cj.- 72 – Vila Itapura – fone- 3234-0906
Centro Médico de Campinas

8- CIRURGIA BUCO- MAXILA FACIAL:

A- **Dr. Tomás Grael Artigoso** – Campinas - SP
Centro Clínico da Maternidade de Campinas
Av. Orosimbo Maia, 165- Vila Itapura – fone 3236-3999 / 3731-6000
Maternidade de Campinas

9- CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO: Hospital Vera Cruz Campinas

A- **Dr. José Higino Steck** – Campoinas – SP
Av. Andrade Neves, 295 – 2° andar – Centro – fone – 3236-8290

B-**Dr. Alfio José Tincani** – Campinas – SP
Rua Ferreira de Almeida, 70 – Jd. Guanabara - fone- 3241-5755
Centro Médico de Campinas

10- CIRURGIA CARDÍACA:

A- **Dr. João Bosco** – São Paulo – SP
Instituto do Coração – INCOR -São Paulo
Centro Médico de Campinas – Campinas

B- **Dr. Domingos Dias Lourenço Filho** – São Paulo – SP
Rua Vergueiro, 3086 – cj.- 104 – fone- (011) 574-7245
Instituto do Coração – INCOR – São Paulo

11-CIRURGIA GERAL E DO APARELHO DIGESTIVO:

A- **Dr. Gustavo Adolpho Souza Murgel** e equipe / cirurg. Laparoscópica – Campinas
Av. Andrade Neves, 389 – Centro – fone- 3236- 2514
Hospital Vera Cruz – Campinas - SP

B- **Dr. João José Fagundes** e equipe – Campinas – SP
Praça Mauá, 42 – Guanabara – fone- 3232-3199
Hospital Vera Cruz – Campinas

C- **Dr. Carlos Frazatto Júnior** e equipe – Campinas- SP
Av. Andrade Neves, 1189 – Botafogo – fone- 3231-6988
Hospital Vera Cruz – Campinas - SP

D- **Francisco Callejas Neto** e equipe (cirurgia do aparelho digestivo/ cirurgia barométrica) – Campinas – SP
Av. Heitor Penteado, 522 – Taquaral Fone: 3212-3330
Hospital Vera Cruz - Campinas

12-CIRURGIA PEDIÁTRICA:

A- **Dr. Gustavo A. S. Murgel** – Campinas –SP
AV. Andrade Neves, 389 – Centro – fone – 3236-2514
Hospital Vera Cruz – Campinas

B- **Dr. Aléssio Simões Júnior** – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 389 – Centro – fone – 3236-8290 /Hospital Vera Cruz -SP

13-CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA:

(cirurgia plástica de caráter estético não é reembolsada pela ASH)

A- A-**Dr. Oswaldo Lustre Júnior** – Holambra – SP
Ambulatório na *sede da ASH.*
Associação Santa Maria de Saúde – OS - Jaguariúna - SP

14-CIRURGIA TORÁCICA / BRONCOSCOPIA:

A- **Dr. José Cláudio T. Seabra** - Campinas- SP
Rua José Vilagelin Jr., 106 – Cambuí – fone- 3252-4105 / 329-6318
Hospital Vera Cruz – Campinas

15-CLÍNICA MÉDICA:

A- **Dr. Sérgio Boarini Bojikian** – Holambra – SP
B- **Dr. Osvaldo Lustre Júnior** – Holambra – SP
C- **Dr. Fernando Barreiro** – Holambra – SP
D- **Nicolau Schoenmaker** – Holambra – SP
Atendimento na sede da ASH

16-DERMATOLOGIA:

A- **Dra. Adélia de Melo** – Mogi Mirim – SP
Rua Hermínio José Mazotti, 132 – Centro – fones- 3806-2994 / 3862-4214
Pequenas cirurgias – clínica própria CEP 13.800-195

B- **Dra. Sandra Tagliolatto** - Campinas -SP
Rua Luzitana, 740 – sala 42 – Bosque – fones- 3237-4562 / 3237-4563

C- **Dr. Theodoro Haberman** – Na sede da ASH Cel. 9774-6446
Jaguariúna -3867-5179
Campinas- Rua Amália Bueno,159 3251-6496

17-FISIATRIA E REABILITAÇÃO:

Dr. Luiz Alberto Mortari – Campinas – SP
Rua Eduardo Lane, 200 – Jardim Brasil – fone/fax- 3242-0255 / 3243-1853 CEP 13.075-903

18-ENDOCRINOLOGIA E NUTRIÇÃO:

A- **Dr. Marcos Tambascia** – Campinas – SP
Rua Frei Manoel da Ressureição, 965 – Guanabara – fone- 3242-8400

B- **Dr. Bruno Geloneze Neto** – Campinas – SP
Rua Camargo Paes, 251 – Guanabara – fone – 3242-8384

19- GENÉTICA / DOENÇAS HEREDITÁRIAS:

Dr. Walter Pinto Júnior – Campinas – SP

Rua Tenente Haraldo Egídio Santos, 672 – Jd. Chapadão – fone- 3243-2544

20- GASTROENTEROLOGIA / ENDOSCOPIA:

A- **Dr. Aloísio Leite Carvalhães** – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 784 – 5º andar – Centro – fone- 3234-7788
Hospital Vera Cruz – Campinas

B- **Dr. Antônio Franco de Carvalho Jr**. – Campinas – SP
Av. Andrade Neves, 295 – salas 123 e 124 – Centro – fone- 3235-2883
Hospital Vera Cruz – Campinas

21- GASTROENTEROGIA PEDIÁTRICA / ENDOSCOPIA / Ph METRIA:

Dra. Maria de Fátima C. P. Servidoni – Campinas – SP
Rua Castro Alves, 782 - Taquaral – fone- 3756-9900
Maternidade de Campinas

22- GERIATRIA / GERONTOLOGIA:

A- **Suzete Marques Pereira** – Campinas – SP
R. dos Bandeirantes, 664 Cambui F: 3254-9170/ 3254-7401
Centrocor – Campinas

B- **Fátima Mª F. Bastos** – Campinas – SP
R. Álvaro Muller, 995 Fone: 3233-6199/ 3232-9843
(Próximo ao Sup. Paulistão na Av. Orosimbo Maia)

C- **Delson Armando Gressler** Res.3827-2554 Cel.9751-4328
Av. Duque de Caxias,1644 -3877-1777 Arthur Nogueira

23- GINECOLOGIA / OBSTETRÍCIA:

A- **Dr. Antônio Carlos Miadaira**
Atendimento na sede da ASH – **Holambra** – SP
Mogi Mirim – consultório- Rua Áurea, 40 – Centro – fone 3862-2613
(Ultrassonografia) Rua Áurea,127 Centro fone-3806-3439
Hospital São Lucas (Hospital)
Campinas – consultório- Rua Barão Geraldo de Resende, 282 –cj.33/ 3ºandar - fone- 3232-6137
Centro Médico de Campinas (Maternidade)

B- **Dr. Daniel Gustavo Faúndes Hardy** – Campinas – SP
Cirurgia ginecológica laparoscópica;
Centro de Reprodução Humana de Campinas
Rua Eduardo Lane, 380 – Guanabara – Campinas – SP – fone- 3243-1317 / 3243-1347

C- **Dra. Áurea Akemi Abe Cairo** – Campinas – SP
Rua Tiradentes, 289 – conjunto – 72 – Vila Itapura - fone- 3234-0906
Centro Médico de Campinas

D – **Dra Nathalia Nobre Santos Calhal** – Holambra -SP
Rua das Camélias,317 - Centro Holambra – Fone- 3802-4618

24- HEMATOLOGIA:

Dr. Afonso Celso Vigorito e Equipe do Instituto do Sangue – Campinas – SP
Rua Sebastião de Souza, 205 – cj.- 83 – Centro – fone- 3233-1388 – Hospital Vera Cruz -SP

25- HOMEOPATIA:

Dr. Sérgio Boarini Bojikian – Campinas – SP
Rua Dr. Miguel Penteado, 398 – Guanabara – fone- 3242-2508
Centro Médico de Campinas

26- INFECTOLOGIA:

Dr. Marcelo Nardi Pedro – Campinas – SP
Rua Padre Almeida, 330 – Cambuí - fone- 3252-4624 / 3252-3175

Campinas: Av. José de Souza Campos, 515 – Cambuí - fone/fax- 3252-8422 CEP 13.025-320
Mogi – Mirim: Rua Áurea,126 – Centro – fone- (19) 3862-8247 CEP 13.800-000

34-ONCOLOGIA:

A- **Dr. Fernando Medina da Cunha** – Campinas –SP
Centro de Oncologia de Campinas – Rua Alberto de Salvo, 311- Barão Geraldo – fone- 3289-1225
Centro Médico de Campinas

B- **Dr. Luís Salvador Petrilli** – oncologista clínico
C- **Dr. Carlos Roberto Monti** – radioterapia / radiocirurgia estereotáxica
Instituto do Radium Dr. Manoel Dias S/C Ltda. – Campinas - SP
Av. Heitor Penteado, 1780 – Taquaral – fone- 3753-4100
Hospital Vera Cruz – Campinas

35- ONCOLOGIA PEDIATRICA:

A- **Dra. Sílvia Regina Brandalise** – Campinas – SP
Rua Gabriel Porto, 1270 – Barão Geraldo – fone – 3787-5000
Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Boldrini - Campinas
B- **Dra. Vera Lúcia de Jesus Aranega** – Campinas - SP
C- **Dr. Armando Antônio Marques da Silva** – Campinas - SP
Rua Alberto de Salvo, 311- Barão Geraldo – fone – 3289-1225 / 3289-1122
Centro de Oncologia de Campinas

36- ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA / ARTROSCOPIA:

A- **Dr. José Carlos Barbi Gonçalves** – Campinas – SP
Rua Alberto de Salvo, 311– Barão Geraldo – fones- 3289-1225
Próximo ao Restaurante Empório do Nono
B- **Dr. Olavo M. Hirashima** – Campinas – SP
C- **Dr. Irmo Morelli** – Campinas – SP
D- **Dr. Renato Morelli** – Campinas – SP
E- **Dr. Ricardo S. S. Morelli** – Campinas – SP
F- **Dr. Renato Mendes Morelli** – Campinas – SP
G- **Dra. Marisa Morelli Girondo** – Campinas –SP
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA.
Rua Albano de Almeida Lima, 212 – Jd. Guanabara – fone – 3243-7566
Hospital Vera Cruz – Campinas
H- **Dr. Gerson Muraro Laurito** – Campinas - SP
I- **Dr. Antônio Carlos Melo Rodrigues** – Campinas – SP
J- **Dr. Gilberto Carlos Hofling** – Campinas - SP
K- **Dr. Pedro Francisco tucci Neto** – Campinas - SP
L- **Dr. Roberto Schimidt Neto** – Campinas – SP
M- **Dr. Flávio Leite Aranha Jr.** – Campinas – SP
N- **Dr. Waldir Egberto F. Brunelli** – Campinas - SP
Rua Coronel Silva Teles, 1.000 – Cambuí – fone- 3794-9422
Clínica de Ortopedia e Traumatologia de Campinas S/C Ltda.
Centro Médico de Campinas
O- **Dr. Giancarlo Salvati** – Holambra – SP
Rua Solidagos, 367 – fone- 3802-2504 – Hospital Bom Samaritano –Arthur Nogueira -SP

37-OTORRINOLARINGOLOGIA:

A- **Dr. Rubens Mangabeira Albernaz** – Campinas – SP
R. Padre Almeida, 515 – 3° andar – Cambuí – fone – 3254-4011 CEP 13.025-120
Hosp. Vera Cruz – Campinas
B- **Dr. Marcio de Campos Bueno** – Campinas – SP
Rua Álvaro Muller, 995 – Vila Itapura – Fone – 3233-6199 CEP 13.023-181
Campinas Day Hospital

AQUI NASCE MAIS UMA ESTRELA

PARTIDO DOS TRABALHADORES: HOLAMBRA

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

FUNDADO EM 18 DE MARÇO DE 2001

HOLAMBRA, 10 DE JANEIRO DE 2007.

EXMO. Sr. Wilson Barbosa
DD. Presidente da Câmara Municipal.

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, vem por meio deste solicitar autorização para efetuar reunião mensal do partido nesta casa Leis. Certo de contar com vossa autorização, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Antonio de Paulo Amaro
Presidente

PROTOCOLO
Nº de Ordem 020/2007
Fls. Nº 005 Livro Nº 009
Data 11/01/07 Hora 13:55
Secretaria

Rua: Agerato, 87 – Pq. Groot - Estância turística de Holambra- SP-CEP:13825-000
CNPJ:05972638/0001-08 tel. (19) 38022563/ 4520 E-MAIL:pt.holambra@itelefonica.com.br

IBRAP
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ribeirão Preto, 11 de março de 2007.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
Rua Antônio Damásio Filipini, 188
13 825 000 HOLAMBRA SP

A/C: Dr. JOÃO BATISTA COSTA
Diretor Jurídico

Doutor João,

Anexo estamos encaminhando proposta/contrato de prestação de serviços de ***"ASSESSORIA".***

O **IBRAP** é um instituto dedicado especificamente ao segmento municipal, oferecendo *assessoria, treinamento e consultoria* nas mais diversas áreas da administração pública.

A *assessoria* consiste na assistência e ajuda à pessoas ou organismos, na realização de determinadas tarefas.

Quando da execução de algum trabalho com grau de dificuldade ou desconhecimento da matéria por parte do cliente, o *"assessor"* cumpre o seu papel no sentido de ensinar ou orientar como executar aquele trabalho.

Devemos salientar que nossa equipe é formada por técnicos extremamente *capacitados*, especialistas em suas áreas de atuação, cada um deles com mais de uma década de serviços Prestados à causa municipalista, assim como de professores universitários de várias faculdades de nosso Estado.

A proposta/contrato, uma vez assinada pelas partes, passa a ter validade de contrato perfeito e acabado, valendo de pleno direito.

A presente proposta/contrato tem validade por 30 (trinta) dias.

Atenciosamente.

I B R A P- Inst. Bras. de Administração Pública
Marcial Gonsalez Iglesias
Diretor de Relacionamento

Rua Ceará, 2168 Ribeirão Preto/SP 14 085 520
Fone/Fax: 16 3612 1807
ibrap@ibrap.org.br www.ibrap.org.br

PROPOSTA/CONTRATO NR. 061/2007.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *ASSESSORIA*

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, estabelecida na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Damásio Filipini, 188, inscrita no C.N.P.J.- sob número 67.172.312/0001-53, neste ato representada por quem de direito, a seguir denominado **"CONTRATANTE" e**

IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA., com sede na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, rua Ceará, 2168, inscrita no C.N.P.J.- sob número 01.600.715/0001-48 e Inscrição Estadual Isenta, neste ato representado pelo Sr. MARCIAL GONSALEZ IGLESIAS, Diretor Comercial, documento de identidade R.G. número: 8.717.985-SSP-SP, a seguir denominado "**CONTRATADO**".

As partes assim identificadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração reger-se-á pela Lei Federal número 8666/93, com a redação dada pelas Leis Federais números 8883/94 e 9648/98, tanto quanto pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO / SERVIÇOS:

O **CONTRATADO** prestará a **CONTRATANTE**, serviços técnicos especializados de **ASSESSORIA e PLANEJAMENTO específica e exclusivamente** nas áreas **ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS,** objetivando:

A assessoria técnica na implantação dos procedimentos a serem adotados compreenderá:

ANÁLISE TÉCNICA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E PROPOSIÇÃO DE NOVOS PARÂMETROS INSTITUCIONAIS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Objetivos

1. Modernizar o gerenciamento de recursos humanos, garantindo ao Poder Legislativo Municipal as condições para atração e manutenção de pessoal qualificado, definindo os instrumentos facilitadores para o constante aprimoramento do desempenho funcional e de qualidade no serviço público, bem como criar mecanismos efetivos para a admissão, manutenção, mobilidade, progressão funcional, avaliação do desempenho e capacitação técnica e gerencial, além de mecanismos de adequabilidade à estrutura organizacional e administrativa proposta.

Produtos

1. Diagnóstico organizacional do órgão interno de Recursos Humanos ou na sua ausência dos procedimentos de Recursos Humanos existentes, visando a verificação de possíveis problemas administrativos internos e levantamento de todas as atividades e atribuições deste órgão para a elaboração de um regimento interno estabelecendo as suas atribuições e responsabilidades e dos servidores que o compõem, com vistas a um melhor desempenho e atendimento das atuais demandas.
2. Projeto de lei (ordinária ou complementar) dispondo sobre o Plano de Carreiras e Remuneração, estabelecendo:
   a) nova estrutura de cargos públicos e suas carreiras, disciplinando o processo de recrutamento e seleção, definindo as descrições de suas atividades, requisitos de escolaridade, habilidades especificas, experiência profissional e habilitação legal para a contratação nos empregos públicos permanentes;
   b) normas e diretrizes para o enquadramento dos servidores públicos nas novas estruturas de carreiras e remuneratórias propostas.
3. Projeto de lei (ordinária ou complementar) dispondo sobre o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, estabelecendo:
   a) normas e diretrizes para a avaliação do desempenho dos servidores públicos dentro das novas estruturas propostas, visando a elaboração dos diversos programas de recursos humanos que deverão ser implantados no âmbito da Câmara Municipal.
4. Projeto de resolução dispondo sobre o regulamento do Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, inclusive

estabelecendo a metodologia de avaliação do desempenho e os instrumentos de avaliação, dentro da nova estrutura proposta.

5. Projeto de resolução dispondo sobre o Programa de Capacitação e Desenvolvimento Funcional dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, visando a melhoria do nível educacional e de capacitação dos servidores públicos com foco na melhoria da qualidade e no aumento da produtividade em consonância com a nova estrutura administrativa proposta e os programas e ações legislativas.

Etapas e Prazos

A realização do projeto proposto terá a duração aproximada de 150 (cento e cinqüenta) dias úteis e será desenvolvido em 9 (nove) etapas.

1ª. etapa

Nesta etapa, será realizada palestra, objetivando a sensibilização dos servidores municipais envolvidos, Vereadores e representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, onde serão expostos os objetivos do Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal e dirimidas as dúvidas que porventura existam.

2ª. etapa

Nesta etapa, serão recolhidos todos os dados que permitam identificar a atual situação organizacional e do pessoal, bem como as distorções administrativas e funcionais que necessitam de correção, a fim de garantir ao Poder Legislativo Municipal a realização dos objetivos do Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal.

Também será realizada análise das situações críticas das rotinas de pessoal e das políticas e programas de recursos humanos existentes, visando o levantamento de possíveis irregularidades e inconsistências para posterior relatório de apontamento e sugestões sobre os procedimentos encontrados irregulares ou inconsistentes visando a sua regularização.

As análises e os levantamentos de dados e informações serão efetuados através de questionários e entrevistas, compilação da legislação existente no Município e do censo dos servidores, cujo objetivo é identificar a situação funcional de cada um destes.

3ª. etapa

Nesta etapa, através da tabulação e apuração dos dados do censo e da análise da legislação municipal existente, serão identificados:

- A estrutura organizacional e administrativa formal e informal existentes;
- Situação funcional de cada servidor público do Poder Legislativo Municipal;
- Direitos adquiridos pelos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, os quais deverão ser respeitados no Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal;
- Elenco de cargos e/ou empregos necessários ao funcionamento dos diversos serviços do Poder Legislativo Municipal;
- Atribuições dos cargos e/ou empregos, bem como especificações para o seu provimento;
- Hierarquia dos cargos e/ou empregos, definida a partir das atribuições e dos requisitos necessários para o seu provimento e desempenho.

4ª. etapa

Nesta etapa, cujo prazo de execução será de 20 (vinte) dias úteis, serão elaboradas as minutas dos anteprojetos de resolução e de leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar, que for necessária.

5ª. etapa

Nesta etapa, cujo prazo de execução será de 3 (três) dias úteis, serão apresentadas e discutidas com os representantes da Câmara Municipal, as minutas dos anteprojetos de resolução, leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar, que for necessária.

Será discutido também a elaboração do novo organograma geral da Câmara Municipal e de cada uma de suas unidades administrativas identificadas e da Política de Remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, que seja compatível com os recursos econômicos-financeiros existentes e atendendo aos preceitos da Lei Complementar nº 101, de

04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), inclusive com a orientação sobre a elaboração do impacto financeiro decorrente da implantação da reestruturação organizacional e administrativa proposta e do Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal.

6ª. etapa
Nesta etapa, serão elaboradas as versões finais dos anteprojetos de resolução, leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar, que for necessária, incorporando os ajustes que porventura tenham sido estabelecidos na etapa anterior.

7ª. etapa
Nesta etapa, uma vez finalizados os trabalhos, os anteprojetos de resolução, leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar, serão entregues oficialmente ao Presidente da Câmara Municipal.

8ª. etapa
Nesta etapa, será realizada, através de metodologias participativas de trabalho e resultará na explicação detalhada aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal das políticas de Recursos Humanos elaboradas e que constam dos anteprojetos de resolução, leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar.

9ª. etapa
Nesta etapa, serão realizadas reuniões explicativas das políticas de Recursos Humanos elaboradas e que constam dos anteprojetos de resolução, leis ordinárias, complementares e de toda a legislação complementar, para os Vereadores e para os membros do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Os serviços descritos serão baseados em:

1 - PLANEJAMENTO

Através da análise da situação atual e identificação dos fatores críticos, onde definir-se-á todo o plano de ação do trabalho, assim como as necessidades de treinamento de pessoal.

2 - IMPLEMENTAÇÃO

Com a necessária assessoria e suas conseqüentes análises procedimentais e administração de todos os recursos disponíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados:

1.- Em dias/visitas periódicas (em número de até 12 (doze)), marcadas antecipadamente ou mediante chamado do **CONTRATANTE**, que terão a duração necessária ao atendimento dos serviços estipulados para aquele dia/visita, até o limite máximo de 06 (seis) horas, a critério do **CONTRATADO**;

2.- Em visitas pessoais, além das estabelecidas acima, mediante chamado da **CONTRATANTE** com prazo de até 48 (quarenta e oito horas) para sua efetivação.

3.- Por meio de relatórios detalhados, informando sobre os trabalhos prestados;

4.- Por qualquer meio de comunicação, assim compreendidos:

a) Ligações telefônicas efetuadas pela **CONTRATANTE** diretamente à sede do **CONTRATADO**, bem como ao consultor designado pelo **CONTRATADO**, em qualquer local do País;
b) Fax;
c) Rede Mundial de computadores (internet)
d) Correios e outros.

Todos os serviços de coleta de dados, burocráticos/operacionais serão executados pelo **CONTRATADO** na sede da **CONTRATANTE**.

Os serviços de compilação dos dados recolhidos e elaboração de relatórios serão executados na sede do **CONTRATADO**.

Considera-se como local da prestação do serviço o domicílio do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O **CONTRATADO** compromete-se a iniciar os trabalhos de **PLANEJAMENTO**, imediatamente após a assinatura do contrato.

Na fase seguinte, a **CONTRATANTE** recebe todas as orientações necessárias, com os diversos cronogramas, para a administração e implementação eficiente do serviço proposto.

Este contrato terá duração inicial de 150 (cento e cinqüenta) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DOS TÉCNICOS

Para a execução dos serviços propostos, a equipe técnica será composta de profissionais orientadores, indicados pelo **CONTRATADO**.

Por motivo de força maior ou caso fortuito, o(s) técnico(s) envolvido(s) poderão ser substituídos.

Neste caso a **CONTRATANTE** será informada expressamente para sua "ciência" e "de acordo".

A **CONTRATANTE** obriga-se a designar um servidor categorizado, para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica/ administrativa sendo o responsável pela comunicação entre **CONTRATADO** e a equipe/comissão da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO:

Pelos serviços descritos a **CONTRATANTE** se obriga a pagar ao **CONTRATADO** o preço ajustado de:

R$ 32.820,00 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais).

Por hora/visita excedente.....R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais).
(Conforme cláusula segunda, item 2)

Dos valores acima deduzir 1,5% (um e meio) por cento de Imposto de Renda Retido na Fonte, para valores calculados IGUAIS ou MAIORES que R$ 10,00 (dez reais) conforme Leis Federais: 9064/95 - art. 6º e 9430/96 - art. 67.

Nos preços acima especificados, estão inclusas todas as despesas PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS e TRABALHISTAS, que serão recolhidas na sede do **CONTRATADO**.

Todas as despesas de **TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E ESTADA**, inerentes às visitas pessoais necessárias à execução dos trabalhos, previstas na cláusula segunda, serão de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO e REAJUSTE:

O pagamento pelos serviços prestados, será dividido em 05 (cinco) parcelas mensais, iguais, sem reajuste e consecutivas; vencendo-se a primeira 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e as seguintes nos meses subseqüentes, sendo faturadas no primeiro dia do mês para vencimento no dia 15 (quinze);

As faturas pagas com atraso sofrerão correção a título de juros de mora, com base na variação do IGP-FGV, ou outro que venha substituí-lo, entre o dia do vencimento e o dia do pagamento.

O valor referente aos juros de mora, será faturado com os valores devidos no próximo faturamento.

A falta de pagamento de qualquer das parcelas vencidas e suas respectivas multas darão direito ao **CONTRATADO** de interromper imediatamente os trabalhos, não incorrendo em qualquer transgressão contratual.

O pagamento pelos serviços prestados deverá ser efetuado através de depósito junto ao Banco Banespa S/A. Agência 0289, Conta-Corrente: 13-002424-9, a favor de **IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública Ltda.**

CLÁUSULA SÉTIMA - SERVIÇOS EXCLUÍDOS

Os serviços técnicos de **AUDITORIA**, estão excluídos do contrato.

Todos os serviços descritos nesta cláusula, poderão ser executados pelo **CONTRATADO** e serão cobrados separadamente, de conformidade com os preços e condições previamente orçados na ocasião, em proposta própria.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO / PRORROGAÇÃO

Este contrato terá duração inicial de 150 (cento e cinqüenta) dias a partir da data de sua assinatura, quando serão concluídos e entregues os trabalhos, podendo ser prorrogado por novos períodos iguais e sucessivos, repactuando-se os preços.

A prorrogação do prazo inicial, por novos períodos, será sempre precedida de correspondência protocolada, com 10 (dez) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido amigavelmente por qualquer das partes, em qualquer tempo, desde que haja a notificação expressa com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

As cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, assim como qualquer dúvida na sua execução, que por ventura modifiquem ou alterem sua substância, poderão ser alteradas a qualquer tempo, mediante a assinatura de aditivo contratual.

Cada novo serviço/objeto solicitado e não relacionado na cláusula segunda, será motivo de aditamento contratual, discriminando-se neste aditivo suas características e condições próprias.

O **CONTRATADO,** limitado ao objeto, orientações prestadas e datas de vigência do presente contrato, compromete-se a fornecer subsídios de ordem técnica para sustentação de eventual defesa ou recurso junto ao Tribunal de Contas do Estado; sendo que a elaboração da defesa ou recurso deverá ser efetuada por técnicos da **CONTRATANTE.**

O **CONTRATADO** não poderá ser responsabilizado jurídica ou administrativamente por qualquer orientação prestada, posto que a assessoria, traduz-se somente em orientação, podendo ou não acatada pela **CONTRATANTE** em função de seus interesses peculiares.

Ao **CONTRATADO,** ficam assegurados todos os direitos autorais, na forma da legislação, próprios ao material técnico por ele exarado, não podendo serem divulgados por qualquer meio ou sob qualquer pretexto, sem sua expressa autorização.

Toda e qualquer intervenção, por qualquer meio, forma ou método, jurídica ou administrativa, perante orgão, juízo, tribunal, foro ou instância é de responsabilidade do **CONTRATANTE,** cabendo apenas ao **CONTRATADO** a assessoria técnica nas áreas "**ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS"** e as demais realizações materiais do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamentação nos artigos 24, inciso II; 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso III, da Lei federal nº. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu as Leis federais nºs. 8883/94 e 9648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Holambra, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer divergências procedentes do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam este contrato, em duas vias.

Holambra,

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA / SP

IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO
ESTADO DE SÃO PAULO
Avenida Capitão Calixto, 131 – Caixa Postal nº 141 – CEP 18304-045 – Fone/Fax: (15) 3542-2166
e-mail: camara@camaracb.sp.gov.br – site camaracb.sp.gov.br

Convite

Temos a honra de convidar Vossa Excelência e digníssima família, para a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Capão-bonitense ao Ilustríssimo Senhor

SEBASTIÃO MISIARA,

Presidente da UVESP- União dos Vereadores do Estado de São Paulo, a realizar-se no dia 25 de Maio de 2007, às 19 horas, na sede deste Legislativo.

PAULO EDUARDO DA SILVEIRA
- Presidente -

Camara Holambra

De: "UVESP" <uvesp@uvesp.com.br>
Para: <silviameira_ma@hotmail.com>; <m.silveirasp@hotmail.com>; <geraldo@ig.com.br>; <cml@camaralouveira.sp.gov.br>; <camararancharia@camararancharia.sp.gov.br>; <rogeliobarcheti@globo.com>; <paulo.uvesp@hotmail.com>; <netoboesso@yahoo.com.br>; <nicecandeo@hotmail.com>; <vereadornequinhodesanti@hotmail.com>; <paulopiasenti@camaraguaruja.sp.gov.br>; <presidencia@camaraavare.sp.gov.br>; <cm.guapiara@uol.com.br>; <jfalleiros@rvida.com.br>; <caielfilho@uol.com.br>; <eliojardin@uol.com.br>; <cmbb@sp.gov.br>; <v.etelvino@camarasaoroque.sp.gov.br>; <borgo@camarajau.sp.gov.br>; <ltbarreto@itelefonica.com.br>; <camara@camaracb.sp.gov.br>; <lmoraes@margirius.com.br>; <erickcarbonari@camaraitatiba.sp.gov.br>; <adm.camara@speedybrasil.com.br>; <camara.apiai@ig.com.br>; <fernando.camara@uol.com.br>; <vrpollyana@camarataubate.sp.gov.br>; <acletto@hotmail.com>; <luizmota@camarasjc.sp.gov.br>; <rodrigo_jao@hotmail.com>; <diretoria@embaubaonline.com.br>; <cmarandu@uol.com.br>; <camaraholambra@camaraholambra.com.br>; <ogawa@cmgarca.sp.gov.br>; <vereadoramgracaabrahao@camaraorlandia.com.br>; <jspneus@uol.com.br>; <ronaldoherculano@camaraitatiba.sp.gov.br>; <gerao@portofeliz.com.br>; <fernando.rosa@camaraitapetininga.sp.gov.br>; <ivaldosobral@itelefonica.com.br>; <wcasadei@terra.com.br>; <camaraparnaiba@ig.com.br>; <camaraigarapava@terra.com.br>; <plinio1@uol.com.br>; <camaracmi@camaraitatinga.sp.gov.br>; <vereadorgato@camaraavare.sp.gov.br>; <camaram.iara@laser.com.br>; <teresinhajp@ig.com.br>; <cidinha_cadeira@yahoo.com.br>; <wittersoffner@conectcor.com.br>; <heliogodoy@camarasorocaba.sp.gov.br>; <evandrofilho@terra.com.br>; <gabpres@camaraaracatuba.com.br>; <abe@camaracamposdojordao.sp.gov.br>; <andrecrepaldi23@itelefonica.com.br>; <camara@camaradepenapolis.com.br>; <camara@camaranh.sp.gov.br>; <vereadorercias@hotmail.com>; <jamilono@uol.com.br>; <uvesp@uvesp.com.br>; <dr.josericardo@cmsandre.sp.gov.br>; <gustavo@camarabp.sp.gov.br>; <geninhozuliani@terra.com.br>; <fdaca@uol.com.br>; <saponga@terra.com.br>; <camara@expressnet.com.br>
Enviada em: segunda-feira, 14 de maio de 2007 14:24
Anexar: Convite_Capão-Bonito.doc
Assunto: AOS DIRETORES UVESP - CONVITE CAPÃO BONITO-SP

EXMO SR. DIRETOR,
A UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo, tem o orgulho de convidar Vossa Excelência a participar do Seminário: "Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável", em CAPÃO BONITO.

Em breve encaminharemos a programação anexa, do evento que acontecerá no próximo:

Dia: 25 de maio de 2007(sexta-feira), a partir das 13 horas.

Local: Câmara Municipal de Capão Bonito/SP
Av. Capitão Calixto de Almeida, 131, Capão Bonito/SP.

Mais informações:

UVESP: (11) 3886-6049/51 e 2165-9964 e uvesp@uvesp.com.br

www.uvesp.com.br

UVESP
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

30 anos

Convite

A **UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo,** tem o orgulho de convidar Vossa Excelência a participar do Seminário: **"CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", em CAPÃO BONITO.**

Em breve encaminharemos a programação do evento que acontecerá no próximo dia **25 de maio de 2007 (sexta-feira),** a partir das 13 horas, na **Câmara Municipal de Capão Bonito**, Av. Capião Calixto de Almeida, 131, Capão Bonito/SP.

Mais informações:

UVESP: (11) 3886-6049/51 e 2165-9964.

SITE : www.uvesp.com.br

EMAIL : uvesp@uvesp.com.br

Contamos com a sua presença,

Atenciosamente,

Sebastião Misiara
Presidente da UVESP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Protocolo

Nome: José Benedito de Souza

Cargo: Vice-Prefeito

Cidade: Holambra

Representado por:

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Protocolo

Nome: Wilson Barbosa

Cargo: Presidente da Câmara

Cidade: Holambra

Representado por:

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Protocolo

Dr.

Nome: Fernando Fiori de Godoy

Cargo: Gestão do Consaúde

Cidade:

Representado por: